



Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas Grupo Casas Bahia S.A.

A
**DEDICAÇÃO
TOTAL**
NUNCA FOI TÃO FORTE

Período de seis meses findo em
30 de junho de 2026
Com Relatório do Auditor Independente

Sumário

Sumário1

Relatório da Administração2

Declaração da Diretoria sobre as Informações Financeiras Intermediárias11

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias12

Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais.....13

Balanço patrimonial ativo16

Balanço patrimonial passivo17

Demonstração do resultado18

Demonstração do resultado abrangente19

Demonstração das mutações do patrimônio líquido20

Demonstração dos fluxos de caixa.....21

Demonstração do valor adicionado22

Notas explicativas23

Relatório da Administração**Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Relatório da Administração

Diante de um ambiente de crédito mais restritivo e de um cenário macroeconômico mais adverso do que o previsto, o Grupo Casas Bahia intensifica o redimensionamento da Companhia na Fase 2 do Plano de Transformação, priorizando caixa e rentabilidade sobre volume.

O que mudou desde o *Investor Day*

Nos últimos trimestres, o Grupo Casas Bahia avançou de forma relevante na transformação do seu balanço, com redução expressiva de dívida líquida e de alavancagem financeira, além de nove trimestres consecutivos de melhora sequencial da rentabilidade operacional (Margem EBITDA ajustada).

Entretanto, nem todas as frentes evoluíram como esperado. Os limites de crédito concedidos por seguradoras a fornecedores não avançaram na intensidade prevista, refletindo a maior seletividade do mercado de crédito no varejo brasileiro. Diante dessa restrição, a Companhia avançou na ampliação de prazos de pagamento diretamente com fornecedores, iniciativa que tem gerado efeito positivo recorrente sobre o caixa.

Adicionalmente, apesar de avançar até estágio final e com investidor âncora confirmado e *bookbuilding* estruturado, a operação de captação internacional não se fechou conforme as condições e cronograma originais, deixando nosso acesso a capital novo mais restrito do que o inicialmente previsto.

Diante desse conjunto de fatores — combinado a um cenário macroeconômico mais desafiador, com taxas de juros ainda elevadas, consumo das famílias pressionado e disputa crescente pelo orçamento doméstico, inclusive das apostas on-line (*bets*), a Companhia reduziu o volume de compras de estoque. Essa decisão tem efeito positivo sobre o fluxo de caixa deste trimestre, mas é também o gatilho mais direto para a necessidade de redimensionar a operação: comprar de forma estruturalmente menor significa operar em uma escala menor. Esse racional é a base da Fase 2 do Plano de Transformação, detalhada na sequência desta mensagem.

Plano de Transformação fase 2

Como descrito acima, a combinação entre o crédito mais restritivo, a captação internacional não concretizada e um ambiente de consumo mais fraco acelerou a necessidade desse redimensionamento. Diante de um contexto mais desafiador do que o cenário original do Plano de Transformação, o Grupo Casas Bahia mantém a estratégia, mas ajusta a trajetória: disciplina de capital, alocação por ROIC, rentabilidade e geração de fluxo de caixa continuam sendo a bússola, com foco redobrado em proteger e defender os ganhos operacionais e de balanço já obtidos. Em um ciclo mais adverso e com custo de capital ainda alto, entendemos que o tamanho que se justifica é menor não como objetivo, mas como consequência da disciplina. A Fase 2 visa redimensionar a operação da Companhia, priorizando canais e categorias de maior margem e rentabilidade, reduzindo o capital empregado e o custo de financiamento, de forma a fortalecer a geração de caixa livre e assegurar uma operação sustentável e autofinanciável.

As diretrizes estratégicas e os impactos esperados em cada frente de atuação da Fase 2 estão a seguir:

1. Rentabilização das Vendas

Redimensionamento de Lojas Físicas: até a data de autorização destas informações financeiras intermediárias, a Companhia concluiu o fechamento de 298 lojas, selecionadas considerando, entre outros fatores, seu desempenho operacional, necessidade de capital empregado e retorno econômico diante do atual custo de capital.

A Companhia está revisando a estratégia comercial dos canais digitais próprios, priorizando margem, geração de caixa e retorno sobre o capital empregado em relação ao crescimento de volumes em operações ou categorias que não apresentem retorno econômico adequado.

Relatório da Administração**Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

2. Eficiência Operacional e Foco em Rentabilidade

A Companhia está revisando os níveis e a composição dos estoques, o sortimento e os volumes de compras, buscando melhorar o capital de giro e reduzir estruturalmente a necessidade de capital empregado.

A execução dessa iniciativa considera, simultaneamente, a manutenção de níveis adequados de disponibilidade de mercadorias nas operações consideradas estratégicas, diante das condições de crédito comercial descritas anteriormente.

A Companhia está adequando sua estrutura organizacional e seu quadro de colaboradores ao novo dimensionamento da operação, além de revisar contratos, despesas gerais e administrativas, investimentos e demais desembolsos, buscando uma estrutura de custos compatível com o nível esperado de atividade e geração de caixa.

3. Redução do Custo de Capital e Despesas Financeiras

Redução do Custo Financeiro: Amortização e redução gradativa da exposição ao fornecedor convênio (risco sacado), aliadas à disciplina para evitar novas captações de dívida de alto custo.

4. Alternativas de estrutura de capital e liquidez

A Administração, em conjunto com seus assessores, continua avaliando alternativas destinadas ao reforço da liquidez, redução do custo financeiro, reestruturação organizada de suas dívidas e obrigações e adequação da estrutura de capital da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia avalia alternativas estratégicas de monetização de parcela de seus ativos, sujeito às respectivas análises, negociações e aprovações aplicáveis.

Resultados do 2T26

O segundo trimestre de 2026 confirmou a evolução da estrutura de capital da Companhia, com redução de R\$ 4,0 bilhões na dívida líquida em relação ao segundo trimestre de 2025 (-81%) e R\$ 306 milhões sequencialmente (-25%) e alavancagem financeira de 0,4x o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, ante 2,2x um ano antes e 0,5x no trimestre anterior. O fluxo de caixa livre da firma somou +R\$ 1,0 bilhão no trimestre e +R\$ 4,1 bilhões nos últimos 12 meses, reforçando o balanço.

No período, o GMV consolidado totalizou R\$ 10,5 bilhões (+0,5% vs. 2T25), 100% focado nas categorias core. O e-commerce cresceu 6,2%, sétimo trimestre consecutivo de crescimento, com destaque para o 1P online, que avançou 15,3% pelo quinto trimestre seguido. O 3P registrou retração de 6,7% em GMV, mas com receita estável e ganho de rentabilidade — take rate de 13,1% vs. 12,5% no 2T25. As lojas físicas, com base de comparação do 2T25 de (+6,7%), apresentaram SSS de (3,2%) no trimestre.

No 2T26, a receita bruta consolidada cresceu 1,6% vs. 2T25, para R\$ 8,3 bilhões, puxada pelo desempenho do e-commerce, com destaque para o 1P (+14,7%). As vendas de lojas físicas e do 3P (marketplace) recuaram (3,5%) e (2,4%), respectivamente, na receita bruta por canal.

A margem bruta atingiu 32,9% no trimestre, avanço de 2,8 p.p. em relação ao 2T25, refletindo maior participação de categorias de maior rentabilidade (linha branca, telas e portáteis/sazonais), melhores condições comerciais em parcerias estratégicas frente a canais pagos no e-commerce e o incremento de receita de Ads relacionado à Copa do Mundo. As despesas com vendas, gerais e administrativas no 2T26 variaram de 17,0%, diante do crescimento da receita e inflação no período e composição das despesas de comissão das parcerias estratégicas nos canais digitais, com aumento de 3,5p.p. em relação à receita líquida (26,3%), parcialmente compensado por ganhos de eficiência.

O EBITDA ajustado somou R\$ 518 milhões no 2T26, redução de 9,4% em relação ao 2T25, com margem de 7,4% (-0,9 p.p.), impactado pelo desempenho de lojas físicas e da estabilidade da carteira de crédito. Ainda assim, o EBITDA ajustado permanece em patamar saudável e segue contribuindo para a geração de caixa operacional da Companhia.

Relatório da Administração**Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 1.278 milhões no trimestre, ante R\$ 1.147 milhões no 2T25, ainda pressionado pelo elevado custo de capital no Brasil, mas com as principais despesas recorrentes de *funding* em queda sequencial. O LAIR ajustado, na mesma base dos trimestres anteriores, seria de R\$ (1.087) milhões. Já o Prejuízo Líquido ajustado seria R\$ (978) milhões. Entretanto, considerando fatores não recorrentes (explicados adiante) o LAIR foi de R\$ (4.554) milhões no trimestre e o Prejuízo Líquido totalizou R\$ (10.117) milhões.

Realização esperada de IR e da CSLL diferidos ativos e demais itens não recorrentes:

Em relação a valores não recorrentes, tivemos: (i) Dentro de um montante de R\$ (3,5) bilhões na linha de outras receitas e despesas o montante provisionado de (a) R\$ (502) milhões em reestruturação e R\$ (210) milhões em imobilizado (ambos referentes a reorganização de pessoal e fechamento de lojas), (b) R\$ (970) milhões em baixa de ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, considerando as projeções revisadas, (c) R\$ (1,8) bilhão de contingência por revisões contratuais, todas impactando o LAIR conforme tabela acima.

(ii) Baixa do IR Diferido, na linha de IR & CS, de R\$ (5,7) bilhões, cuja realização, com base nas projeções atualizadas de geração de lucros tributáveis futuros, deixou de atender aos critérios para reconhecimento, impactando o Prejuízo Líquido (vide detalhes na nota explicativa nº 01).

Contexto Operacional

A Administração poderá revisar, ampliar ou acelerar as medidas previstas na Fase 2 do Plano de Transformação, bem como avaliar e adotar medidas adicionais que considere apropriadas, em função da evolução da posição de liquidez, das projeções de fluxo de caixa, das negociações com credores e parceiros comerciais e das condições de mercado. Para mais detalhes, acessar nota explicativa nº 1 das Informações financeiras do período de seis meses findos em 30 de junho de 2026.

Considerações Finais

Este trimestre espelha a realidade dos desafios que enfrentamos: capital circulante negativo, restrições de crédito e consumo pressionado exigem uma transformação estrutural — e a Fase 2 é a resposta necessária. Não há atalhos.

Seguiremos com disciplina rigorosa, transparência total e foco exclusivo em geração de caixa e sustentabilidade operacional. À frente está trabalho intenso: negociações contínuas com credores, fornecedores e instituições financeiras, execução disciplinada das medidas planejadas e revisão de alternativas adicionais conforme evolua nossa posição de liquidez.

Agradecemos sinceramente a confiança dos clientes, o comprometimento dos colaboradores, a parceria dos fornecedores e o suporte das instituições financeiras e demais stakeholders. Este processo é desafiador, mas possível apenas com o suporte de todos. Seguiremos com disciplina, transparência e responsabilidade.

Relatório da Administração

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

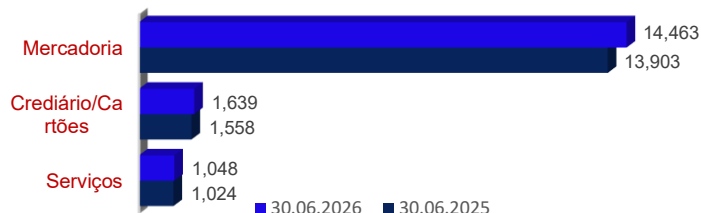
Destaques financeiros e operacionais

Receita bruta

No 2T26, a receita bruta consolidada foi de R\$17.150 (R\$16.485 no 2T25).

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a receita bruta consolidada da Companhia apresentou crescimento de 4,0%, sendo que a receita de mercadorias apresentou alta de 4,0%. A receita de serviços cresceu 2,3%. Já a receita de soluções financeiras aumentou em 5,2%.

O aumento é explicado principalmente pelo crescimento da receita de e-commerce, da qual destacamos a performance do 1P de +20,7%. A performance de receita do 3P (marketplace) e das lojas físicas apresentaram redução, (1,6%) e de (2,6%), respectivamente.



	30.06.2026	30.06.2025
Lojas físicas	11.039	11.338
Online	6.111	5.147
1P	5.670	4.699
3P	441	448
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos por canal	17.150	16.485

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, foram encerradas 9 lojas, totalizando 1.033 lojas.

Lucro bruto

	30.06.2026	30.06.2025
Receita operacional líquida	14.393	13.858
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(9.853)	(9.682)
Lucro bruto	4.540	4.176
Margem bruta	31,5%	30,1%

A margem bruta apresentou patamar mais elevado neste trimestre, combinação da (i) maior participação de categorias com melhor rentabilidade (linha branca, telas e portáteis/sazonais e menor em telefonia e informática), (ii) melhor margem comercial de parcerias estratégicas ao invés de canais pagos no e-commerce e, (iii) aumento da receita de Ads para a Copa do Mundo de Futebol (Venda de 1 milhão (#) de telas na Copa do Mundo). No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, o lucro bruto foi de R\$4.540, aumento de 8,7%, com margem bruta de 31,5% e aumento de 1,4p.p. em relação ao mesmo período de 2025.

Relatório da Administração

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Despesas com vendas, gerais e administrativas

	30.06.2026	30.06.2025
Despesas com vendas	(2.992)	(2.633)
Despesas gerais e administrativas	(545)	(549)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.537)	(3.182)

As despesas com vendas, gerais e administrativas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 variaram 11,2%, diante do crescimento da receita e inflação no período e composição das despesas de comissão das parcerias estratégicas nos canais digitais, com aumento de 1,6p.p. em relação à receita líquida (24,6%), parcialmente compensado por ganhos de eficiência.

Resultado Líquido

	30.06.2026	30.06.2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)	(5.475)	(1.499)
% Receita líquida	-38,0%	-10,8%
Imposto de renda e contribuição social	(5.706)	536
Prejuízo líquido	(11.181)	(963)
% Margem líquida	-77,7%	-6,9%

Em relação a valores não recorrentes, tivemos:

(i) Dentro de um montante de R\$ (3,5) bilhões na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” o montante provisionado de (a) R\$ (502) milhões em reestruturação e R\$ (210) milhões em imobilizado (ambos referentes a reorganização de pessoal e fechamento de lojas), (b) R\$ (971) milhões em baixa de ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, considerando as projeções revisadas, (c) R\$(1,8) bilhão de provisão por revisões contratuais, todas impactando o LAIR.

(ii) Baixa de tributos diferidos, na linha de IR & CS, de R\$ (5,7) bilhões, cuja realização, com base nas projeções atualizadas de geração de lucros tributáveis futuros, deixou de atender aos critérios para reconhecimento, impactando o Prejuízo Líquido.

Ciclo financeiro

	30.06.2026	30.06.2025
(+/-) Estoques	4.239	4.924
Dias estoques ¹	75	92
(+/-) Fornecedores de mercadorias e Obrigações com Risco sacado (portal)	7.964	6.887
Obrigações com Risco sacado (convênio)	861	2.281
Fornecedores de serviços	1.205	911
Dias Fornecedores total	142	128
Variação ciclo financeiro	67	36

(¹) Dias em CMV

O aumento no ciclo financeiro através da redução de estoques e aumento de fornecedores reflete a preparação estratégica para a dinâmica comercial do 2º semestre de 2026, preservando disciplina de capital de giro. Encerramos o estoque no 2T26 com redução de R\$685 em relação ao 2T25.

Relatório da Administração

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Estrutura de capital

	30.06.2026	31.12.2025
(+) Crediário Casas Bahia	6.177	6.459
(-) Repasse para instituições financeiras ("CDCI")	(5.094)	(5.794)
Saldo líquido carnês – CDCI	1.083	665
Empréstimos e financiamentos – Circulante (i)	(725)	(734)
Empréstimos e financiamentos – Não circulante (i)	(1.598)	(272)
Endividamento bruto	(2.323)	(1.006)
Obrigações com Risco sacado (convênio)	(861)	(2.430)
FIDC's (cotas seniores)	(2.016)	(1.742)
Saldo líquido carnês CDCI + endividamento bruto + Obrigações com Risco sacado (convênio) + FIDC's (cotas seniores)	(4.117)	(4.513)
Caixa e aplicações financeiras	960	1.225
Administradoras de cartões de crédito	293	391
Outras contas a receber e contas a receber B2B	1.326	1.454
(=) Caixa e equivalentes de caixa (Gerencial)	2.579	3.070
Patrimônio líquido	(8.270)	2.774

(i) Não são considerados os saldos de Repasse para instituições financeiras ("CDCI")

O endividamento bruto da Companhia, para fins de *covenants* e entendimento de estrutura de capital, não considera Obrigações com Risco sacado (convênio) (nota explicativa nº 15), Repasse para instituições financeiras ("CDCI") (nota explicativa nº 16) e FIDC's (cotas seniores) (nota explicativa nº 6 (b)).

Capex

	30.06.2026	30.06.2025
Logística	14	11
Novas lojas	-	10
Reforma de lojas	29	14
Tecnologia	79	102
Outros	-	12
Total	122	149

Recursos humanos

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia possui um quadro com 30.117 colaboradores e índice de rotatividade de 5% (14,1% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025).

	30.06.2026	30.06.2025
Quantidade no início do período	30.492	31.739
Contratações	4.212	3.629
Desligamentos	(4.587)	(4.981)
Quantidade no fim do período	30.117	30.387

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, foram realizadas 101.732 de horas em treinamento, o que representa cerca de 3 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

Relatório da Administração**Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Destaques ESG

A agenda ESG está integrada à estratégia operacional, contribuindo para eficiência, engajamento de pessoas e mitigação de riscos de longo prazo. Seguem os destaques do 2º trimestre de 2026.

 Ambientais

Energia Renovável: Fechamos o período de janeiro a maio de 2026 com cerca de 92% de energia elétrica renovável abastecendo as operações de nossas lojas, CDs, Fábrica Bartira e escritórios, em linha com a nossa estratégia de migração para o Mercado Livre e expansão das usinas de geração distribuída ambas de fontes renováveis. Atualmente, temos 22 usinas de geração distribuída que integram o programa de Eficiência Energética do Grupo, distribuídas em 16 estados do País. Neste ciclo, não foi considerada a aquisição de certificados de origem de energia (I-RECs).

Programa de Reciclagem REVIVA: Destinou no 1º trimestre cerca de 716,33 toneladas de resíduos para reciclagem e reaproveitamento, beneficiando 9 cooperativas parceiras. Além disso, foi coletada 1,1 ton de resíduos eletroeletrônicos para descarte adequado e reciclagem, a partir dos 747 coletores de eletroeletrônicos instalados nas lojas físicas e operações do Grupo, sistema de logística reversa em parceria com a *GreenEletron*. Fechamentos o 1º semestre com cerca de 1.313 ton de resíduos recicláveis e 2, 1 eletrônicos destinados ambientalmente correto.

Economia Circular: Ao longo do 1º semestre de 2026 o nosso Departamento de Assistência Técnica (DAT) conseguiu recuperar mais de 99% das mercadorias devolvidas entre eletroeletrônicos, linha branca e móveis. O que representa 6.260 ton de mercadorias que passaram por avaliação, manutenção e testes de qualidade sendo comercializadas em nossas lojas de saldo e/ou através da revenda a parceiros homologados para reaproveitamento de componentes, aumentando o tempo de vida útil dos itens, diminuindo a geração de resíduos e por consequência a extração de materiais para a produção de novos produtos.

**Social - Diversidade****Temas prioritários definidos para 2026:**

Equidade de gênero: Encerramos o segundo trimestre de 2026 com 35,5% de mulheres na liderança (gerência e acima), mantendo a evolução da representatividade feminina em posições de liderança e seguindo em direção à meta estabelecida para 2026. Também demos início ao novo ciclo do Programa Dona de Si, nossa iniciativa de desenvolvimento da liderança feminina. O Dona de Si Encontros promoveu duas edições abertas à companhia, impactando mais de 1.500 colaboradores e ampliando o diálogo sobre protagonismo, carreira e equidade de gênero. Além disso, iniciamos a jornada de desenvolvimento do Dona de Si Essência, com mais de 100 mulheres elegíveis, fortalecendo a preparação de futuras lideranças femininas na organização. As iniciativas reforçam o compromisso da Companhia com o desenvolvimento de lideranças diversas e a construção de um ambiente cada vez mais inclusivo, contribuindo para o avanço dos compromissos assumidos em nossa agenda ESG.

Equidade Racial: Encerramos o segundo trimestre com 40% de pessoas negras na liderança (gerência e acima), atingindo a meta estabelecida para 2026. O resultado evidencia a evolução consistente da representatividade racial em posições de liderança e reforça o compromisso da Companhia com a promoção da diversidade, da equidade e da inclusão em todos os níveis da organização, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura mais plural e alinhada à nossa estratégia ESG.

Relatório da Administração

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes



Social - Fundação Casas Bahia

Protagonismo Jovem: novas turmas de alunos PROA Plataforma iniciaram seus estudos neste trimestre. Já os alunos do ProProfissão Tecnologia, seguiram na estruturação de seus projetos de conclusão de curso, que tem expectativa de entrega para julho de 2026.

Fomento ao Empreendedorismo: nossas empreendedoras seguem sendo mentoradas e aceleradas através das aulas e encontros feitos pelo Instituto Dona de Si e seus parceiros.

Educação Financeira: a Fundação Casas Bahia juntamente com a consultoria *People Strategy*, estão fazendo a revisão estratégica dela, com o objetivo de aproximar ainda mais a atuação da instituição ao core do Grupo mantenedor e principalmente, potencializar os impactos sociais.



Governança

Práticas de Governança Corporativa:

- Listagem no Novo Mercado;
- Conselheiros independentes em seus colegiados;
- Diferentes executivos como CEO e Presidente do Conselho de Administração;
- Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Compliance;

Eleição do Conselho de Administração Reelection dos membros do Conselho de Administração, conforme assembleia geral realizada em 30/04.

Eleição do Conselho Fiscal: Instalação e eleição de membros para o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2026, conforme assembleia geral realizada em 30/04.

Eleição dos Comitês de Assessoramento: Eleição de membros para os comitês de assessoramento da Companhia (comitê de auditoria, riscos e compliance; comitê de pessoas e governança; comitê de finanças; e comitê de ética), conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 27/05.

Comitê Independente de Investigação: Instalação, em 30/03, de comitê independente de investigação para apurar alegadas liberações indevidas de créditos de ICMS no Estado de São Paulo, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26/03.

Programa de integridade: Realizamos a Semana Interna de Ética e Integridade, com participação de todos os negócios do Grupo Casas Bahia. Durante a semana, relançamos o Código de Conduta Ética para colaboradores, com atualizações importantes, e lançamos o Código de Conduta Ética para Fornecedores. Também ampliamos a divulgação do nosso programa de embaixadores, Ecos de Integridade, conferindo visibilidade nacional à iniciativa. Pelo segundo ano consecutivo, obtivemos o reconhecimento do IIA Brasil, no IIA May Brasil 2026, figurando entre as empresas que representam a excelência da Auditoria Interna.

Matriz de Riscos Corporativos: A Companhia concluiu a revisão de sua Matriz de Riscos Corporativos, incluindo entrevistas com executivos, atualização das fichas de riscos e calibração junto ao *C-Level*, com posterior apresentação dos resultados ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. No segundo semestre de 2026, os esforços estarão direcionados à priorização dos planos de ação, bem como ao aprofundamento e detalhamento dos controles internos relacionados aos principais riscos corporativos. A iniciativa é conduzida pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance.

Relato Integrado 2025: publicamos, 30 de junho, o nosso relato com a integração dos dados financeiros, tributários, estratégia de sustentabilidade e *performance* ASG conectada aos temas materiais identificados em nossa Dupla Materialidade. Primeira edição em que o pensamento de Relato Integrado foi adotado junto aos *frameworks* GRI e SASB.

Inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE) 2025: elaboramos e publicamos no mês de maio o nosso inventário corporativo de GEE no Programa Brasileiro *GHG Protocol*, conquistando pelo 6º ano consecutivo o selo ouro por contemplar os escopos 1, 2 e 3 e realizar a asseguarção limitada por terceira parte.

Relatório da Administração**Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Investimentos em coligadas e controladas

A Companhia faz parte de um grupo econômico do qual participam 15 (quinze) sociedades controladas (participação direta e indireta) e 1 (uma) sociedade coligada.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia não realizou investimentos em aquisição de participação societária.

Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

Composição acionária

Domus VII Participações S.A.

Outros

Ações em tesouraria

Quantidade de ações (em milhares)	
30.06.2026	31.12.2025
832.429	558.791
143.421	95.072
15	15
975.865	653.878

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22 informamos que os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda não prestaram no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, outros serviços que não os relacionados com auditoria externa para a Companhia e suas controladas, revisão de ECF (Escrituração Contábil Fiscal) e assegurar do relatório de sustentabilidade. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Declaração da Diretoria sobre as Informações Financeiras Intermediárias

Os Diretores da Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 31, §1º, inciso II, c/c o artigo 27, §1º, inciso VI, ambos da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 15 de agosto de 2026.

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente

Elcio Mitsuhiro Ito
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Andréia Fernandes Nunes
Diretora Executiva de Gente & Gestão, ESG e Comunicação

Fábio Eduardo de Pieri Spina
Diretor Vice-Presidente Jurídico e Tributário

Frédéric Paul Bernard Gauthier
Diretor Vice-Presidente de Operações

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores
Independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias

Os Diretores da Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 31, §1º, inciso II, c/c o artigo 27, §1º, inciso V, ambos da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e entendem os motivos que embasaram a abstenção de conclusão expressa no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 15 de agosto de 2026.

Renato Horta Franklin

Diretor Presidente

Elcio Mitsuhiro Ito

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Andréia Fernandes Nunes

Diretora Executiva de Gente & Gestão, ESG e Comunicação

Fábio Eduardo de Pieri Spina

Diretor Vice-Presidente Jurídico e Tributário

Frédéric Paul Bernard Gauthier

Diretor Vice-Presidente de Operações



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Grupo Casas Bahia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, do Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses, findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Não expressamos uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias..

Base para abstenção de conclusão

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$11.181 milhões durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$11.972 milhões e R\$7.837 milhões, individual e consolidado, respectivamente, e o patrimônio líquido negativo era de R\$8.270 milhões. Conforme divulgado pela Administração, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Dentre esses fatores estão, a necessidade de futura geração de caixa para cumprimento de obrigações financeiras e operacionais vincendas, liquidação de passivos operacionais vencidos, manutenção de capital de giro em nível adequado para a estabilidade das operações, preservação ou recomposição de sua estrutura patrimonial e suporte à continuidade de suas operações. A Companhia depende da implementação bem-sucedida de determinadas medidas operacionais e financeiras para suportar suas necessidades de capital de giro e cumprir suas obrigações nos vencimentos contratados.

Diante deste cenário, que indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia, não foi possível concluir sobre o uso da base contábil de continuidade operacional em 30 de junho de 2026, tampouco determinar eventuais efeitos ou ajustes nas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, nessa data. A base de preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas depende da conclusão e êxito na execução desses planos e ações, sendo estes fatores essenciais para definir a continuidade operacional da Companhia em 30 de junho de 2026.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Ênfase

Constituição de Comitê Independente de investigação

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.7.1 às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em que a Administração da Companhia adotou determinadas ações investigativas internas, por meio da constituição de um Comitê Independente de investigação, com o propósito de apurar e prestar esclarecimentos sobre notícias veiculadas na mídia relativas a uma investigação conduzida por autoridades públicas sobre supostas liberações indevidas de créditos de ICMS-ST no Estado de São Paulo, sendo a Companhia, de acordo com as alegações divulgadas, uma das supostas empresas envolvidas no caso. As ações para a apuração de referida denúncia ainda se encontram em curso e, neste momento, não é possível prever os futuros desdobramentos decorrentes deste processo de investigação interna, nem seus eventuais efeitos nas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, caso haja.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Entretanto, devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre a demonstração do valor adicionado acima referida.

São Paulo, 15 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Pupo', is written over the printed name and title.

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC SP-221749/O

Balço patrimonial
Em 30 de junho de 2026
 Em milhões de reais

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ativos					
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	652	884	960	1.225
Títulos e valores mobiliários	6	336	314	336	314
Contas a receber	7	4.350	4.844	4.562	5.060
Estoques	8	4.196	4.990	4.239	5.036
Tributos a recuperar	9	1.784	1.266	1.858	1.341
Partes relacionadas	10	406	583	268	297
Despesas antecipadas		467	350	478	361
Outros ativos		609	416	684	478
Ativos mantidos para venda		-	-	291	291
Total dos ativos circulantes		12.800	13.647	13.676	14.403
Não circulantes					
Títulos e valores mobiliários	6	1.595	1.090	-	-
Contas a receber	7	392	376	392	376
Tributos a recuperar	9	4.287	4.880	4.459	5.047
Tributos diferidos	19 (b)	-	4.759	-	5.171
Partes relacionadas	10	59	55	108	104
Depósitos judiciais	20 (a)	2.021	2.205	2.071	2.247
Instrumentos financeiros	17 (a)	-	-	-	11
Outros ativos		427	156	427	157
Investimentos	11	1.033	2.331	-	16
Imobilizado	12	896	1.152	964	1.223
Intangível	13	1.615	1.634	1.669	2.659
Ativo de direito de uso	21	2.088	2.179	2.130	2.224
Total dos ativos não circulantes		14.413	20.817	12.220	19.235
Total dos ativos					
		27.213	34.464	25.896	33.638

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Balço patrimonial
Em 30 de junho de 2026
 Em milhes de reais

Passivos	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Circulantes					
Fornecedores	14	8.867	8.262	8.987	8.388
Obrigações com Risco sacado (portal)	15	182	32	182	32
Obrigações com Risco sacado (convênio)	15	861	2.430	861	2.430
Empréstimos e financiamentos	16	5.051	5.613	5.051	5.613
Tributos a pagar	18	1.938	1.340	2.102	1.446
Obrigações sociais e trabalhistas		382	437	524	561
Receitas diferidas	22	231	176	239	176
Partes relacionadas	10	3.879	3.077	13	10
Repasso a terceiros	17 (a)	1.213	1.239	1.280	1.287
Passivo de Arrendamento	21	742	773	753	783
Outros passivos		1.426	1.031	1.521	1.096
Total dos passivos circulantes		24.772	24.410	21.513	21.822
Não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	16	1.983	685	1.983	685
Tributos a pagar	18	480	345	480	345
Receitas diferidas	22	1.054	1.241	1.054	1.241
Tributos diferidos	19 (b)	491	-	530	19
Provisão para demandas judiciais	20 (c)	1.598	1.716	1.684	1.831
Partes relacionadas	10	244	174	-	-
Passivo de Arrendamento	21	2.258	2.386	2.302	2.434
FIDC's (cotas seniores)	6 (b)	-	-	2.016	1.742
Outros passivos	9(a)(ii), 6 (b) e 22(a)	2.603	733	2.604	745
Total dos passivos não circulantes		10.711	7.280	12.653	9.042
Total dos passivos		35.483	31.690	34.166	30.864
Patrimônio líquido					
Capital social	23	7.015	6.988	7.015	6.988
Transações de capital		(1.228)	(1.228)	(1.228)	(1.228)
Reservas de capital		4.453	4.345	4.453	4.345
Ações em tesouraria		(21)	(21)	(21)	(21)
Prejuízos acumulados		(18.478)	(7.297)	(18.478)	(7.297)
Outros resultados abrangentes		(11)	(13)	(11)	(13)
Total do patrimônio líquido		(8.270)	2.774	(8.270)	2.774
Total dos passivos e patrimônio líquido		27.213	34.464	25.896	33.638

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstração do resultado
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora				Consolidado			
		30.06.2026	2T26	30.06.2025	2T25	30.06.2026	2T26	30.06.2025	2T25
Receita de venda de mercadorias e serviços	24	14.035	6.808	13.774	6.811	14.393	6.977	13.858	6.867
Custo de mercadorias e serviços vendidos	25	(9.639)	(4.556)	(9.491)	(4.708)	(9.853)	(4.684)	(9.682)	(4.800)
Lucro bruto		4.396	2.252	4.283	2.103	4.540	2.293	4.176	2.067
Despesas com vendas	25	(3.040)	(1.595)	(2.788)	(1.359)	(2.992)	(1.550)	(2.633)	(1.282)
Despesas gerais e administrativas	25	(533)	(283)	(562)	(287)	(545)	(283)	(549)	(284)
Depreciações e amortizações	12, 13 e 21	(397)	(199)	(386)	(181)	(412)	(207)	(400)	(188)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(3.255)	(3.161)	(49)	(31)	(3.617)	(3.529)	(67)	(49)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		(2.829)	(2.986)	498	245	(3.026)	(3.276)	527	264
Resultado financeiro, líquido	27	(2.428)	(1.253)	(2.065)	(1.136)	(2.449)	(1.278)	(2.069)	(1.147)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(675)	(753)	69	36	-	-	43	19
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.932)	(4.992)	(1.498)	(855)	(5.475)	(4.554)	(1.499)	(864)
Imposto de renda e contribuição social	19	(5.249)	(5.125)	535	300	(5.706)	(5.563)	536	309
Prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia		(11.181)	(10.117)	(963)	(555)	(11.181)	(10.117)	(963)	(555)
Resultado do período por ação (Reais por ação)	28								
Básico		(11,75423)	(9,49875)	(10,12917)	(5,83836)	(11,75423)	(9,49875)	(10,12917)	(5,83836)
Diluído		(11,75423)	(9,49875)	(10,12917)	(5,83836)	(11,75423)	(9,49875)	(10,12917)	(5,83836)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstração do resultado abrangente
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais

	Controladora e Consolidado			
	30.06.2026	2T26	30.06.2025	2T25
Prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia	(11.181)	(10.117)	(963)	(555)
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Marcação a mercado de recebíveis	3	-	27	3
Marcação a mercados dos instrumentos financeiros conversíveis	-	-	-	1
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	(1)	-	(9)	(2)
Resultado abrangente do período atribuível aos acionistas da Companhia	(11.179)	(10.117)	(945)	(553)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais

GRUPO CASASBAHIA

		Atribuível aos acionistas da Companhia											
		Reservas de capital											
Notas	Capital social	Transações de capital	Especial de ágio	Ágio na subscrição de ações	Incentivos fiscais	Opções outorgadas	Resultados com ações em tesouraria	Debêntures conversíveis	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.340	(1.232)	279	2.122	8	305	(52)	-	(21)	(4.309)	37	2.477
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(963)	-	-	(963)
Opções outorgadas reconhecidas 23.4 (c)		-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7	7
Marcação a mercado de recebíveis (*)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27	27
Tributos sobre a marcação a mercado de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)	(9)
Saldos em 30 de junho de 2025		5.340	(1.232)	279	2.122	8	312	(52)	-	(21)	(5.272)	55	1.539
Saldos em 31 de dezembro de 2025		6.988	(1.228)	279	2.122	8	313	(52)	1.675	(21)	(7.297)	(13)	2.774
Aumento de capital 23.1		27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
Ágio na subscrição de ações 23.4 (b)		-	-	-	1.168	-	-	-	-	-	-	-	1.168
Ajuste de debêntures conversíveis		-	-	-	-	-	-	135	-	-	-	-	135
Conversão de dívida 16		-	-	-	-	-	-	(1.195)	-	-	-	-	(1.195)
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(11.181)	-	-	(11.181)
Marcação a mercado de recebíveis (*)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3
Tributos sobre a marcação a mercado de instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	(1)
Saldos em 30 de junho de 2026		7.015	(1.228)	279	3.290	8	313	(52)	615	(21)	(18.478)	(11)	(8.270)

(*) Os recebíveis de Administradoras de cartão de crédito são avaliados a valor justo.

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstração dos fluxos de caixa
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
 Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Prejuízo do período		(11.181)	(963)	(11.181)	(963)
Ajustes em					
Depreciação e amortização	12, 13 e 21	501	486	524	505
Equivalência patrimonial	11	675	(69)	-	(43)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	5.249	(535)	5.681	(544)
Juros, variações monetárias e modificação de dívida, líquidos		902	1.016	1.424	1.021
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, líquidas de reversões		(42)	16	(64)	21
Provisões para demandas judiciais outras, líquidas de reversões		82	(48)	82	(52)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		492	527	685	554
Perda estimada do valor recuperável líquido dos estoques	8	16	(46)	16	(45)
Baixa de ativo imobilizado e intangível		213	19	212	19
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	21	(85)	(3)	(85)	(3)
Receita diferida reconhecida no resultado		(96)	(114)	(113)	(114)
Remuneração baseada em ações	23.4 (c)	-	7	-	7
Impairment de ágio por expectativa de rentabilidade futura e ativos identificados	26	627	-	971	-
Provisão para provável não atingimento de metas contratuais	26	1.839	-	1.839	-
Outros		(3)	(2)	23	2
Lucro líquido do período ajustado		(811)	291	14	365
Variações no capital circulante					
Contas a receber		(58)	(220)	(222)	(276)
Estoques		778	(180)	781	(184)
Tributos a recuperar		97	260	93	245
Depósitos judiciais		230	(186)	222	(188)
Despesas antecipadas		(117)	(42)	(111)	(35)
Outros ativos		(471)	(13)	(482)	11
Partes relacionadas		(411)	1.115	36	9
Fornecedores	14	6.738	5.276	6.045	4.458
Obrigações com Risco sacado (portal)	15	(372)	-	(372)	-
Tributos a pagar		593	454	630	454
Obrigações sociais e trabalhistas		(55)	(2)	(37)	(10)
Receita diferida		(60)	(60)	(60)	(60)
Repasse a terceiros		(26)	48	(7)	40
Demandas judiciais - Trabalhistas	20 (c)	(124)	(240)	(127)	(257)
Demandas judiciais - Outras	20 (c)	(68)	(25)	(68)	(25)
Outros		424	26	445	597
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(6)	(6)
Dividendos recebidos de investidas	11	-	-	-	20
Variação nos ativos e passivos operacionais		7.098	6.211	6.760	4.793
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		6.287	6.502	6.774	5.158
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	(68)	(120)	(74)	(130)
Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	2	2	3	2
Aumento de capital em subsidiária	11	(4)	(4)	-	-
Contribuição em FIDC's (cotas subordinadas)	6 (b)	(44)	(282)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(114)	(404)	(71)	(128)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações	10 e 16	9.508	5.175	6.306	5.175
Pagamento de principal - Empréstimos e financiamentos	10 e 16	(7.957)	(4.734)	(5.548)	(4.733)
Pagamentos de juros - Empréstimos e financiamentos	10 e 16	(869)	(438)	(683)	(438)
Pagamentos de principal - Passivo de arrendamento	21	(295)	(269)	(300)	(273)
Pagamentos de juros - Passivo de arrendamento	21	(207)	(220)	(211)	(223)
Pagamentos de Obrigações com Risco sacado (convênio)	15	(6.544)	(5.245)	(6.544)	(5.245)
Pagamentos de Obrigações com Risco sacado (convênio) - FIDC's		(41)	(1.013)	-	-
Captações FIDC's, líquidas de resgates (cotas seniores)	6 (b)	-	-	12	184
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.405)	(6.744)	(6.968)	(5.553)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(232)	(646)	(265)	(523)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	884	2.082	1.225	2.131
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	652	1.436	960	1.608
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(232)	(646)	(265)	(523)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstração do Valor Adicionado
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Receitas		16.404	15.861	16.650	15.986
Venda de mercadorias e serviços		16.750	16.363	17.150	16.485
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa		(492)	(527)	(660)	(533)
Outras receitas		55	(9)	56	(5)
Ativos desenvolvidos pela empresa para uso próprio		91	34	104	39
Insumos adquiridos de terceiros		(15.512)	(13.612)	(15.607)	(13.402)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(11.360)	(11.103)	(11.196)	(10.973)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.851)	(2.473)	(4.115)	(2.393)
Recuperação (perda) de valores ativos		(306)	(53)	(306)	(54)
Outros		5	17	10	18
Valor adicionado bruto		892	2.249	1.043	2.584
Depreciações e amortizações	12, 13 e 21	(501)	(486)	(524)	(505)
Outras		(1)	-	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		390	1.763	519	2.079
Valor adicionado recebido em transferência		(101)	339	170	261
Resultado de equivalência patrimonial	11	(675)	69	-	43
Receitas financeiras	27	574	270	170	218
Valor adicionado total a distribuir		289	2.102	689	2.340
Distribuição do valor adicionado		289	2.102	689	2.340
Pessoal		820	1.068	1.076	1.361
Remuneração direta		697	769	933	1.000
Benefícios		95	94	115	113
FGTS		61	70	81	91
Demandas judiciais trabalhistas		(32)	135	(55)	140
Outras despesas com pessoal		(1)	-	2	17
Impostos, taxas e contribuições		5.762	(234)	6.267	(233)
Federais		5.359	(392)	5.867	(370)
Estaduais		344	98	327	64
Municipais		59	60	73	73
Remuneração de capital de terceiros		4.888	2.231	4.527	2.175
Juros	27	3.002	2.335	2.619	2.287
Aluguéis		53	17	53	17
Outros		1.833	(121)	1.855	(129)
Remuneração de capitais próprios		(11.181)	(963)	(11.181)	(963)
Prejuízo do período		(11.181)	(963)	(11.181)	(963)
Valor adicionado total distribuído		289	2.102	689	2.340

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

O Grupo Casas Bahia S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Grupo Casas Bahia”), é uma companhia aberta listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código BHIA3, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil.

O Grupo Casas Bahia é um varejista omnicanal de alcance nacional, atuando por meio de lojas físicas, e-commerce próprio e marketplace, através das marcas Casas Bahia, Ponto Frio e Extra.com.br. A Companhia também oferece soluções financeiras, incluindo seu modelo próprio de crediário, além de soluções e serviços de logística e fulfillment.

1.1. Plano de transformação e evolução da estrutura de capital

Desde 2023, a Companhia vem executando seu Plano de Transformação, estruturado com foco na recuperação da rentabilidade e da geração de caixa, maior disciplina na alocação de capital, concentração em categorias, canais e operações de maior retorno, redução da necessidade de capital empregado e adequação de sua estrutura de capital.

Ao longo das etapas anteriores do Plano de Transformação, a Companhia implementou medidas operacionais e financeiras destinadas à melhoria de sua eficiência, rentabilidade e geração de caixa e, paralelamente, realizou iniciativas para adequar seu balanço e sua estrutura de capital.

Em 2025, a Companhia implementou medidas relevantes de reperfilamento de seu endividamento e fortalecimento de sua estrutura de capital, incluindo renegociações e conversões de determinadas obrigações financeiras em valores mobiliários de sua emissão. Essas iniciativas reduziram parte do endividamento financeiro e contribuíram para o alongamento do perfil de vencimentos, criando condições para que a Companhia avançasse para uma etapa subsequente de captação e refinanciamento.

Concluída essa etapa de reestruturação do balanço, um dos passos subsequentes previstos no Plano de Transformação consistia na redução das despesas financeiras da Companhia, em especial aquelas relacionadas ao financiamento de seu capital de giro. Nesse contexto, a estratégia contemplava a substituição e a redução gradual da exposição a modalidades de financiamento de maior custo, por meio da obtenção de novas fontes de recursos com custos e prazos mais adequados, buscando compatibilizar a estrutura de financiamento com a geração de caixa operacional da Companhia.

Essa estratégia de continuidade da transformação da estrutura de capital foi apresentada pela Companhia ao mercado em seu Investor Day realizado em março de 2026, ocasião em que foram apresentadas a trajetória do Plano de Transformação, suas principais etapas, os avanços alcançados e as prioridades estratégicas e iniciativas planejadas.

Conforme apresentado no *Investor Day*, a dinâmica de capital de giro da Companhia é também influenciada pelas características de seu ciclo de caixa, que apresentava aproximadamente 115 dias negativos, refletindo, entre outros fatores, o prazo originalmente concedido aos consumidores nas vendas realizadas pela Companhia. Essa característica faz com que o financiamento do capital de giro e seu respectivo custo tenham impacto relevante sobre a geração de caixa da Companhia. Nesse contexto, a redução do custo dessas fontes de financiamento, em especial das linhas de risco sacado, constituía uma etapa relevante para a evolução do fluxo de caixa após as medidas de reestruturação do balanço implementadas anteriormente.

Nesse período de 2023 a 2025, a Companhia obteve avanços importantes como resultado de seu Plano de Transformação, incluindo a redução expressiva de sua dívida líquida e alavancagem financeira, além de nove trimestres consecutivos de melhora sequencial da rentabilidade operacional (Margem EBITDA ajustada).

Durante o período entre o final de 2025 e o primeiro semestre de 2026, a Administração, em conjunto com seus assessores, trabalhou ativamente na avaliação e estruturação de alternativas nos mercados de dívida e de *equity*. Nesse contexto, foram realizadas reuniões e *roadshows* com potenciais investidores no Brasil,

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estados Unidos e na Europa, para avaliação de alternativas de captação de recursos, incluindo um potencial oferta subsequente de ações (“*follow-on*”).

Paralelamente, a Companhia realizou determinadas operações de captação no mercado local e trabalhou intensamente na estruturação de uma operação de captação de valor relevante junto a investidores internacionais, cuja conclusão era considerada de extrema relevância no planejamento financeiro da Companhia para o segundo trimestre de 2026. Referida operação de captação encontrava-se em estado avançado, tendo sido concluídos os processos de *due diligence* e de negociação da documentação jurídica aplicável para sua implementação.

Ao longo desse período, entretanto, as condições dos mercados financeiro e de capitais tornaram-se mais adversas e voláteis, em ambiente marcado pelo aumento das incertezas econômicas e geopolíticas globais e por alterações nas condições financeiras internacionais. No Brasil, a Companhia permaneceu exposta a taxas de juros e custo de capital elevados e a um ambiente de maior seletividade na concessão de crédito.

Nesse contexto, apesar dos esforços empreendidos pela Administração, que sempre agiu no melhor interesse da Companhia e de seus stakeholders, tomando decisões pautadas em seu melhor julgamento comercial, e das interações realizadas com potenciais investidores e financiadores, a operação de captação internacional não foi concluída, tendo havido desistência por parte do investidor âncora com quem a Companhia vinha mantendo negociações. Além disso, outras alternativas de liquidez que vinham sendo trabalhadas pela Administração em paralelo, incluindo levantamento de novos recursos via empréstimos ponte, não se viabilizaram conforme o cronograma e as condições originalmente considerados no planejamento financeiro da Companhia.

Por fim, apesar de possuir vultosos saldos de créditos fiscais federais e estaduais no montante de R\$ 6.317 conforme nota explicativa 9, a Companhia encontra dificuldades em sua monetização e utilização, sendo credora e titular dos respectivos valores, porém sem acesso ao capital tão necessário para as atuais circunstâncias de suas operações.

Consequentemente, a liquidez adicional contemplada no planejamento financeiro para o período – que tinha papel fundamental no processo então desenhado pela Administração – não se materializou conforme originalmente esperado em decorrência de fatores alheios à Companhia.

1.2. Ambiente macroeconômico e de consumo

A evolução da posição financeira da Companhia ocorreu em ambiente macroeconômico desafiador para o varejo brasileiro de bens duráveis, caracterizado por elevado custo de crédito e pressão sobre a capacidade financeira dos consumidores.

Apesar do início do processo de flexibilização monetária, as taxas de juros permaneceram em patamares elevados durante o primeiro semestre de 2026, mantendo elevados o custo de financiamento e de capital de giro das empresas e o custo do crédito para os consumidores.[1]

O ambiente de consumo também permaneceu pressionado pelo elevado endividamento e comprometimento de renda das famílias brasileiras. Segundo dados do Banco Central do Brasil, em março de 2026, o endividamento das famílias correspondia a 49,8% da renda acumulada em doze meses e o comprometimento de renda com o serviço da dívida atingia 29,3%. [2]

Adicionalmente, dados da Serasa indicavam que, em junho de 2026, aproximadamente 50,9% da população adulta brasileira estava negativada, representando aproximadamente R\$345,5 milhões de dívidas em aberto, que totalizavam R\$579,5 bilhões. [3]

O ambiente de consumo também tem sido influenciado por mudanças na alocação da renda disponível das famílias. Estudo publicado pelo Banco Central do Brasil sobre o mercado de apostas on-line estimou transferências brutas mensais entre R\$18 bilhões e R\$21 bilhões durante o período analisado de 2024, envolvendo aproximadamente 24 milhões de pessoas físicas. [4]

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O elevado endividamento e comprometimento de renda das famílias, o custo do crédito e as mudanças nos padrões de consumo compõem um ambiente mais desafiador para o consumo discricionário, em especial para categorias de bens duráveis.

1.3 Evolução do capital de giro, crédito comercial e liquidez

Durante o primeiro trimestre de 2026, a Companhia negociou com determinados fornecedores extensões dos prazos comerciais e, adicionalmente, observou extensão dos prazos efetivos de pagamento de determinadas obrigações com fornecedores. Esses fatores contribuíram temporariamente para a preservação da liquidez e para a gestão do capital de giro da Companhia no período.

Em 31 de março de 2026, o prazo médio total de fornecedores atingiu 149 dias, comparado a 135 dias em 31 de março de 2025.

A extensão dos prazos comerciais e dos prazos efetivos de pagamento, entretanto, não foi acompanhada, na mesma proporção, pela manutenção dos limites de crédito comercial disponibilizados por determinados fornecedores e pelas entidades responsáveis pela concessão de cobertura de risco de crédito, resultando em maior restrição na disponibilidade de crédito comercial.

Simultaneamente, conforme descrito na Nota 1.1, a liquidez adicional decorrente da operação de captação internacional considerada como uma alavanca de extrema relevância no planejamento financeiro da Companhia não se materializou no prazo originalmente esperado pelas Administração em função de fatores externos de mercado.

A não conclusão dessa captação no prazo originalmente considerado, combinada à redução da disponibilidade de determinadas fontes de crédito financeiro e comercial e ao elevado custo de financiamento, reduziu a capacidade financeira da Companhia de realizar novas compras nos volumes originalmente esperados.

Consequentemente, ao longo do segundo trimestre de 2026, a capacidade de recomposição dos estoques foi restringida em relação aos níveis originalmente planejados pela Administração.

Os estoques consolidados passaram de R\$5.399 em 31 de março de 2026 para R\$4.239 em 30 de junho de 2026, representando redução de R\$1.160 no trimestre. Os dias de estoque passaram de 95 dias em 31 de março para 75 dias em 30 de junho de 2026.

Essa redução refletiu tanto medidas de disciplina e gestão do capital de giro quanto as restrições de crédito e de compras descritas anteriormente, afetando a disponibilidade de mercadorias em determinadas categorias, lojas e canais de venda.

Diante desse cenário, a Administração intensificou a gestão da liquidez, incluindo a priorização da alocação dos recursos disponíveis e negociações contínuas com fornecedores, instituições financeiras, credores e demais parceiros comerciais.

Como resultado da combinação desses fatores, a Companhia passou a enfrentar maior pressão sobre sua liquidez e capital de giro, demandando uma gestão mais ativa de seus recursos financeiros, de suas relações com fornecedores e de suas fontes de financiamento.

1.4. Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo, individual e consolidado, nos montantes de R\$11.972 e R\$7.837, respectivamente, comparados a R\$10.763 e R\$7.419 em 31 de dezembro de 2025.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$5.475. O saldo consolidado de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos era de R\$7.034 em 30 de junho de 2026, comparado a R\$6.298 em 31 de dezembro de 2025. O prejuízo líquido do trimestre foi de R\$ 10.117 que foi impactado por eventos não recorrentes.

Os eventos e condições descritos acima, considerados em conjunto, especialmente a posição de capital circulante líquido, o resultado financeiro, a maior restrição de determinadas fontes de crédito e a necessidade de liquidez adicional para suportar o nível de atividade da Companhia, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

Em resposta a esse cenário, a Administração vem implementando um conjunto abrangente de medidas complementares operacionais, financeiras e estratégicas no âmbito da Fase 2 do Plano de Transformação, incluindo o redimensionamento da malha de lojas, a adequação da estrutura de custos e despesas, a redução da necessidade de capital empregado, a gestão ativa do capital de giro e a avaliação de alternativas adicionais de liquidez e estrutura de capital.

Até a data de autorização destas informações financeiras intermediárias, a Companhia concluiu o fechamento de 298 lojas previsto nesta etapa do Plano, além de avançar nas demais iniciativas descritas a seguir.

1.5. Plano de Transformação – Fase 2 e medidas de adequação operacional, de liquidez e estrutura de capital

Diante da evolução das condições operacionais, financeiras e de mercado descritas anteriormente, a Administração acelerou e aprofundou as medidas previstas no Plano de Transformação, iniciando uma nova etapa (“Plano de Transformação – Fase 2”), com foco na geração de caixa, redução da necessidade de capital empregado, melhoria da eficiência operacional e adequação da dimensão da operação às atuais condições de mercado e ao custo de capital.

A Fase 2 preserva os princípios de disciplina de capital, rentabilidade, retorno sobre o capital empregado e geração de caixa que orientaram as etapas anteriores do Plano de Transformação e contempla um redimensionamento adicional da estrutura operacional e financeira da Companhia, buscando concentrar recursos nas operações, canais e categorias com maior capacidade de geração de caixa e retorno sobre o capital empregado.

As principais medidas incluem:

a) Redimensionamento da malha de lojas físicas

Até a data de autorização destas informações financeiras intermediárias, a Companhia concluiu o fechamento de 298 lojas, selecionadas considerando, entre outros fatores, seu desempenho operacional, necessidade de capital empregado e retorno econômico diante do atual custo de capital.

A iniciativa busca concentrar recursos, estoques, pessoas e investimentos nas operações com maior capacidade de geração de caixa e retorno sobre o capital empregado, além de reduzir custos fixos e a necessidade estrutural de capital de giro.

b) Reorientação dos canais digitais

A Companhia está revisando a estratégia comercial dos canais digitais próprios, priorizando margem, geração de caixa e retorno sobre o capital empregado em relação ao crescimento de volumes em operações ou categorias que não apresentem retorno econômico adequado.

c) Adequação dos estoques e do capital de giro

A Companhia está revisando os níveis e a composição dos estoques, o sortimento e os volumes de compras, buscando melhorar o capital de giro e reduzir estruturalmente a necessidade de capital empregado.

A execução dessa iniciativa considera, simultaneamente, a manutenção de níveis adequados de disponibilidade de mercadorias nas operações consideradas estratégicas, diante das condições de crédito comercial descritas anteriormente.

d) Redução estrutural de custos, despesas e investimentos

A Companhia está adequando sua estrutura organizacional e seu quadro de colaboradores ao novo dimensionamento da operação, além de revisar contratos, despesas gerais e administrativas, investimentos

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

e demais desembolsos, buscando uma estrutura de custos compatível com o nível esperado de atividade e geração de caixa.

Em decorrência da revisão do Plano de Transformação – Fase 2 e do redimensionamento da operação, a Administração revisou suas projeções econômico-financeiras, incorporando os efeitos esperados das iniciativas previstas no plano. Com base nessas projeções atualizadas, a Companhia reavaliou as estimativas e premissas utilizadas na mensuração de determinados ativos e passivos e realizou os respectivos testes de recuperabilidade, quando aplicáveis.

Como resultado dessas avaliações, foram reconhecidos, no período, determinados efeitos contábeis, incluindo perdas por redução ao valor recuperável de ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e de ativos identificados em combinações de negócios, o desreconhecimento de ativos fiscais diferidos cuja realização deixou de atender aos critérios de reconhecimento e a constituição de provisão relacionada ao provável não atingimento de determinadas metas contratuais. Os critérios, premissas e impactos decorrentes dessas avaliações estão apresentados nas notas explicativas nº 13 – Intangível, nº 19 – Imposto de renda e contribuição social e nº 26 – Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

e) Gestão da liquidez e redução do custo financeiro

A Administração continua atuando na gestão de seu capital de giro e na negociação com fornecedores, instituições financeiras, credores e demais stakeholders, buscando ampliar sua flexibilidade financeira, adequar os prazos de suas obrigações e reduzir gradualmente sua exposição a fontes de financiamento de maior custo.

f) Alternativas de estrutura de capital e liquidez

A Administração, em conjunto com seus assessores, continua avaliando alternativas destinadas ao reforço da liquidez, redução do custo financeiro, reestruturação organizada de suas dívidas e obrigações e adequação da estrutura de capital da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia avalia alternativas estratégicas de monetização de parcela de seus ativos, sujeito às respectivas análises, negociações e aprovações aplicáveis.

g) Avaliação de medidas adicionais

A Administração continua avaliando alternativas operacionais, financeiras, societárias e estratégicas adicionais, considerando a evolução da posição financeira da Companhia, suas projeções de fluxo de caixa, as negociações com seus stakeholders e as condições dos mercados financeiro e de capitais.

A implementação das iniciativas acima está sujeita a riscos de execução e, em determinados casos, à negociação, concordância ou participação de terceiros, não havendo garantia de que produzirão os resultados esperados nos montantes ou prazos considerados pela Administração. Dentre as medidas avaliadas pela Companhia e passíveis de potencial implementação estão medidas de reorganização formal de seus passivos e obrigações, incluindo possível nova recuperação extrajudicial ou recuperação judicial.

A Administração poderá revisar, ampliar ou acelerar as medidas previstas na Fase 2, bem como avaliar e adotar medidas adicionais que considere apropriadas, em função da evolução da posição de liquidez, das projeções de fluxo de caixa, das negociações com credores e parceiros comerciais e das condições de mercado.

1.6 Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, que considera a realização dos ativos e a liquidação dos passivos no curso normal dos negócios. Tais informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não refletem o resultado de um possível processo formal de reestruturação de dívidas e obrigações.

As projeções e medidas consideradas pela Administração, estão sujeitas a premissas e fatores que não estão integralmente sob controle da Companhia, incluindo a evolução das condições econômicas e de mercado, a disponibilidade de crédito e capital e o resultado das negociações com fornecedores, instituições financeiras, credores e demais stakeholders.

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consequentemente, existe incerteza relevante relacionada a eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

A Administração e o Conselho de Administração acompanham continuamente a posição de liquidez, as projeções de fluxo de caixa e a execução das medidas previstas no Plano de Transformação – Fase 2, avaliando, quando necessário, medidas adicionais de adequação operacional, financeira e de estrutura de capital.

Referências:

[1] Banco Central do Brasil — decisões e comunicações do Copom relativas ao primeiro semestre de 2026.

[2] Banco Central do Brasil — Estatísticas Monetárias e de Crédito, dados de endividamento e comprometimento de renda das famílias.

[3] Serasa — Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas, junho de 2026.

[4] Banco Central do Brasil — *Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores*.

1.7 Transações e eventos significativos**1.7.1 Instituição de Comitê Independente de investigação**

Em 26 de março de 2026 a Companhia tomou conhecimento pela mídia de notícia indicando investigação conduzida por autoridades públicas e tendo por objetivo apurar alegadas liberações indevidas de créditos de ICMS-ST no Estado de São Paulo, e publicou Fato Relevante sobre o tema. Também conforme as referidas notícias, tais liberações indevidas teriam sido feitas em favor de grandes empresas varejistas, dentre as quais a Companhia. Diante disso, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, em 30 de março de 2026, pela constituição de um Comitê Independente de Investigação, para apuração dos fatos alegados nas notícias veiculadas. Referido Comitê, composto por Jackson Schneider, Luís Passetti e Marcelo Barbosa, selecionou o escritório Demarest Advogados e a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores, para auxiliar na condução de investigação forense, a qual está em curso na data de divulgação destas informações trimestrais. Neste momento, não é possível prever os futuros desdobramentos decorrentes deste processo de investigação interna, nem seus eventuais efeitos nas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, caso haja.

1.7.2 Reforma tributária

A Companhia acompanha de perto a evolução da Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 que promoveu alterações relevantes no sistema tributário nacional, através da unificação dos principais tributos sobre consumo em dois novos tributos sobre valor agregado: CBS e IBS.

Até a data de aprovação destas Informações Financeiras Intermediárias, a regulamentação infraconstitucional encontra-se em andamento e ainda não há definição conclusiva quanto a aspectos essenciais para a mensuração segura dos efeitos da Reforma Tributária, tais como regras da transição, detalhamento dos regimes específicos de tributação, *split payment*, entre outros procedimentos operacionais.

Diante desse cenário, a Administração concluiu que não existem, nesta data, elementos suficientes para mensuração confiável de impactos contábeis que demandem reconhecimento ou divulgação específica nas Informações Financeiras Intermediárias encerradas no período findo em 30 de junho de 2026.

A Companhia continuará monitorando a evolução normativa e avaliará oportunamente os eventuais efeitos nas Demonstrações Financeiras de períodos futuros, quando houver base técnica adequada para sua mensuração.

1.7.3 Efeito da lei complementar 224/2025

A Lei Complementar nº 224/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, promoveu alterações relevantes na política federal de incentivos fiscais, com impacto transversal sobre diversos setores econômicos. A norma estabelece a redução em 10% dos benefícios fiscais federais de maneira linear, além de reforçar critérios

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionados à governança, temporalidade e avaliação periódica para concessão, manutenção e renovação de incentivos tributários.

Adicionalmente, a referida legislação promoveu a majoração das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicáveis às instituições de pagamento, sociedades de crédito, *fintechs* e outras entidades do mercado financeiro, de maneira gradual até 2028, com vigência a partir de 1º de abril de 2026.

O aumento gradual da alíquota da CSLL, ocorrerá da seguinte forma:

- Instituições de pagamento, administradoras de mercado de balcão organizado, bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, e entidades de liquidação e compensação: 12% de 1º de abril de 2026 até o fim de 2027 e 15% a partir de 2028.
- Sociedades de crédito, financiamento e investimentos: 17,5% de 1º de abril de 2026 até o fim de 2027 e 20% a partir de 2028.
- Distribuidoras de valores mobiliários (corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito imobiliário, administradoras de cartões de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo): 15% a partir de 1º de abril de 2026.
- Bancos: 20% a partir de 1º de abril de 2026.

Em virtude das alterações mencionadas acima, a Companhia realizou a mensuração dos seus passivos e ativos fiscais diferidos das instituições de pagamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, o IRPJ e CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias que se espera serem revertidas após 1º de abril de 2026, já refletem as novas alíquotas progressivas e o efeito total do ajuste está reconhecido no resultado desse exercício.

2. Apresentação e elaboração das Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Accounting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser lidas em conjunto com esta demonstração. Abaixo estão listadas as notas explicativas que não foram objeto de preenchimento ou não estão no mesmo grau de detalhamento das notas integrantes das Demonstrações Financeiras anuais.

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota Explicativa	Número
Principais políticas contábeis	4
Caixa e equivalentes de caixa	5
Títulos e valores mobiliários	6
Contas a receber	7
Estoques	8
Tributos a recuperar	9
Investimentos	11
Imobilizado	12
Intangível	13
Gerenciamento de riscos financeiros	17
Tributos a pagar	18
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	19
Provisão para demandas judiciais	20
Arrendamento mercantil	21
Receitas diferidas	22
Patrimônio líquido	23
Receita de venda de mercadorias e serviços	24
Resultado por ação	28

2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas

As Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Declaração de conformidade

A autorização para emissão das Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de agosto de 2026.

2.4. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na elaboração das Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas e premissas referentes principalmente as perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. O resultado efetivo das transações e informações podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

3.1. Normas novas ou alterações emitidas e ainda não aplicáveis

A Companhia pretende adotar as normas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor. Os impactos da adoção das normas listadas abaixo estão sendo avaliadas:

Emissão da norma IFRS 18 (CPC 51) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das Demonstrações Financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas nas seguintes categorias: atividades operacionais, de investimento, de financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas.

Adicionalmente, a norma determina a divulgação, por meio de notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela administração - subtotais de receitas e despesas que não estão especificados na minuta ou em outros pronunciamentos, interpretações ou orientações emitidas pelo CPC - mas que são utilizados em comunicações públicas para expressar a perspectiva da administração sobre determinados aspectos do desempenho financeiro da entidade.

A norma também introduz novos princípios para a agregação e desagregação das informações, tanto na apresentação das demonstrações financeiras quanto nas respectivas notas explicativas.

A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para implantar essa alteração.

Emissão da norma IFRS 19 (CPC 52) - Controladas sem obrigação legal de divulgação

Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as Demonstrações Financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

4. Principais políticas contábeis

As Informações Financeiras Intermediárias foram elaboradas utilizando informações do Grupo Casas Bahia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

4.1 Consolidação

As Informações Financeiras Intermediárias consolidadas consideram investimentos em: Participações societárias classificados em Investimentos (nota explicativa nº 11) e Fundos de investimentos classificados em "Títulos e valores mobiliários" (nota explicativa nº 6).

A Companhia possui cotas subordinadas dos FIDC's, o que a deixa substancialmente exposta aos riscos e benefícios relacionados aos FIDC's, por isso, suas informações financeiras estão consolidadas nas informações financeiras do Grupo Casas Bahia, vide detalhes na nota explicativa nº 6 (b).

Na elaboração das Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Consequentemente, as coligadas e controladas que apresentam suas Informações Financeiras Intermediárias de acordo com práticas contábeis distintas à da Controladora, sempre que

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis da Companhia. As empresas que compõem a consolidação da Companhia são:

	30.06.2026		31.12.2025	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Asap Log - Logística e Soluções Ltda. ("Asap Logística")	100,00%	-	100,00%	-
Asap Log Ltda. ("Asap Log")	-	100,00%	-	100,00%
Casas Bahia Pay Serviços Ltda. ("CB Pay Serv") (ii)	-	100,00%	-	100,00%
Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda. ("CB Pay IP") (ii)	-	100,00%	-	100,00%
Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("CB Pay SCD") (ii)	-	100,00%	-	100,00%
Casas Bahia Pay Corretora de Seguros Ltda. ("CB Pay Corretora") (ii)	-	100,00%	-	100,00%
Casas Bahia Tecnologia Ltda. ("CB Tecnologia")	18,28%	81,72%	18,28%	81,72%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova")	100,00%	-	100,00%	-
CNT Soluções em Negócios Digitais e Logística Ltda. ("CNT Soluções")	-	100,00%	-	100,00%
CNTLog Express Logística e Transporte Ltda. ("CNT Express")	-	100,00%	-	100,00%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcios Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Íntegra Soluções para Varejo Digital Ltda. ("Íntegra")	-	100,00%	-	100,00%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("Lake")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Coligadas				
Distrito Tecnologia e Serviços S.A. ("Distrito")	-	16,67%	-	16,67%
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") (i)	-	-	-	-
Banco Investcred Unibanco S A ("BINV") (i)	-	-	-	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDC's")				
BanQi EP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	100,00%	-	100,00%
Responsabilidade Limitada ("FIDC EP BanQi")	-	-	-	-
BanQi II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC Banqi II")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC Banqi III")	-	100,00%	-	100,00%
IBCB-AF01 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC IBCB")	61,08%	-	51,75%	-
CBSB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC CBSB")	45,12%	-	49,62%	-
GCB Fornecedores Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	22,81%	-	21,51%	-
Comerciais Responsabilidade Limitada ("FIDC RIZA")	-	-	-	-
FGCB III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Segmento Multicarteira - Resp Limitada ("FIDC JIVE")	20,81%	-	19,57%	-
Feeder Quali Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC Feeder")	100,00%	-	99,97%	-
Grupo Casas Bahia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC Casas Bahia ")	29,53%	-	20,03%	-
Casas Bahia CDC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios LP	100,00%	-	100,00%	-
Responsabilidade Limitada ("Red Asset")	-	-	-	-
IBCB Crediário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada ("IBCB BS")	100,00%	-	100,00%	-

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato para alienação da totalidade de sua participação na FIC e na BINV nº 11 (b).

(ii) Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia alterou a razão sociais dessas empresas. Essa mudança faz parte da evolução da marca "BanQi" com o objetivo de deixar ainda mais claro que se trata de uma solução financeira do Grupo Casas Bahia.

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição das principais controladas

A Companhia possui participações societárias em controladas e coligadas que atuam nos segmentos de varejo, tecnologia, logística, serviços financeiros e administração de consórcios, conforme descrito a seguir.

As principais controladas da Companhia e suas respectivas atividades são:

Indústria de Móveis Bartira Ltda. (“Bartira”)

Fundada em 11 de maio de 1962, tem como objeto social a fabricação, industrialização e comercialização de móveis em geral, com predominância em móveis de madeira, destinados principalmente ao abastecimento da rede varejista do Grupo Casas Bahia, atuando de forma integrada à sua estratégia comercial.

Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. (“Lake”)

Holding não operacional, cujo objeto social consiste na detenção e administração de participações societárias, concentrando os investimentos da Companhia nas empresas do segmento financeiro, incluindo CB Pay, CB Pay SCD, CB Pay Serv.

Asap Log - Logística e Soluções Ltda. (“Asap Logística”) e Asap Log Ltda. (“Asap Log”)

Atuam na gestão e otimização das operações logísticas do Grupo Casas Bahia, sendo responsáveis pela coordenação de atividades de transporte, armazenagem, movimentação e distribuição de mercadorias entre centros de distribuição, lojas físicas e clientes finais.

CNT Soluções em Negócios Digitais e Logística Ltda. (“CNT Soluções”) e CNTLog Express Logística e Transporte Ltda. (“CNT Express”) Íntegra Soluções para Varejo Digital Ltda. (“Íntegra”)

Atuam como *logtechs* especializadas em soluções integradas para operações de *e-commerce* e *multi-marketplace*, oferecendo serviços de *fulfillment*, transporte e *fullcommerce (white label)*, por meio de plataformas tecnológicas próprias e modelos operacionais *plug & play* e na gestão de soluções digitais voltadas à integração de canais de venda, marketplaces e plataformas tecnológicas para o varejo.

Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda. (“CB Pay IP”)

Atua como instituição de pagamento e carteira digital, oferecendo serviços financeiros por meio de aplicativo próprio, incluindo gestão digital do carnê Casas Bahia, pagamentos, transferências, recargas e demais serviços financeiros autorizados pelo Banco Central do Brasil, integrados ao ecossistema do Grupo.

Casas Bahia Pay Serviços Ltda. (“CB Pay Serv”)

Atua na administração e operacionalização de instrumentos de pagamento, incluindo cartões pré-pagos e outros arranjos de pagamento vinculados às atividades da CB Pay.

Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“CB Pay SCD”)

Instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar como Sociedade de Crédito Direto (SCD), tendo por objeto a concessão de crédito por meio de plataforma eletrônica, financiamento e aquisição de direitos creditórios, integrando as soluções financeiras oferecidas ao ecossistema do Grupo.

Casas Bahia Pay Corretora de Seguros Ltda (“CB Pay Corretora”)

Atua na intermediação, distribuição e agenciamento de seguros, planos de previdência complementar e demais produtos correlatos, bem como na intermediação de serviços e negócios vinculados ao ecossistema financeiro do Grupo, contribuindo para a oferta integrada de soluções financeiras aos seus clientes.

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Casas Bahia Tecnologia Ltda. (“CB Tecnologia”)

Responsável pelo desenvolvimento, manutenção e licenciamento de soluções tecnológicas, plataformas digitais e sistemas voltados às operações de varejo, *e-commerce*, meios de pagamento e serviços financeiros do Grupo.

Descrição dos principais FIDC's da Companhia**IBCB-AF01 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC IBCB”)**

O FIDC IBCB foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários.

O Fundo tem por objetivo a aquisição e gestão de direitos creditórios originados no âmbito das operações do Grupo, especialmente aqueles decorrentes de vendas a prazo e operações de financiamento ao consumidor, observados os critérios de elegibilidade definidos em regulamento.

A estrutura contempla emissão de cotas seniores e subordinadas, sendo as cotas subordinadas responsáveis pela absorção inicial de perdas da carteira.

CBSB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC CBSB”)

O FIDC CBSB foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, prevendo amortizações periódicas de cotas conforme regulamento.

O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações do Grupo, observando critérios de elegibilidade e concentração definidos em regulamento. Sua estrutura contempla classes de cotas com diferentes níveis de subordinação.

Feeder Quali Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Feeder”)

O Feeder foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado.

Sua política de investimento consiste preponderantemente na aquisição de cotas de outros fundos de investimento em direitos creditórios vinculados às operações de crédito do Grupo, estando sua exposição econômica associada, de forma indireta, às carteiras de direitos creditórios subjacentes.

Casas Bahia CDC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios LP Responsabilidade Limitada (“FIDC Red Asset”)

O Red Asset foi constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado.

O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações de crédito do Grupo. Sua estrutura contempla classes de cotas com subordinação econômica.

GCB Fornecedores Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais Responsabilidade Limitada (“FIDC RIZA”)

O FIDC RIZA foi constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado, nos termos da Resolução CVM nº 175.

O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios comerciais relacionados às operações com fornecedores do Grupo, conforme política de investimento estabelecida em regulamento.

A administração fiduciária e a gestão da carteira são exercidas por instituições independentes, cabendo ao gestor a condução das atividades relevantes do Fundo.

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

FGCB III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Segmento Multicarteira – Responsabilidade Limitada (“FIDC JIVE”)

O FIDC JIVE foi constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo indeterminado.

O Fundo possui estrutura multicarteira, podendo investir em diferentes carteiras de direitos creditórios, observadas as diretrizes previstas em regulamento. Sua estrutura contempla classes de cotas com diferentes níveis de subordinação.

A administração e a gestão são exercidas por instituições independentes, sendo as decisões relativas às atividades relevantes conduzidas pelo gestor, conforme regulamento.

IBCB Crediário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada (“IBCB BS”)

O IBCB BS foi constituído com o objetivo de adquirir direitos creditórios vinculados às operações de crediário do Grupo.

O IBCB BS foi constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado.

O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações de crediário do Grupo, observados os critérios definidos em regulamento.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias		638	423	681	443
Aplicações financeiras compromissadas	99,29 % CDI	-	451	262	768
Aplicações financeiras automáticas (i)	8,93 % CDI	14	10	17	14
Caixa e equivalentes de caixa		652	884	960	1.225

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

b) Caixa restrito

Os recursos financeiros classificados como caixa restrito estão apresentados na rubrica "Outros ativos" (Circulante) do Balanço Patrimonial e referem-se a valores vinculados a operações com restrições quanto à sua movimentação. O saldo desses recursos financeiros no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 era de R\$ 289.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
FIDC's		1.595	1.090	-	-
Títulos públicos	100% da SELIC	316	296	316	296
Títulos privados	100% do CDI	20	18	20	18
Títulos e valores mobiliários		1.931	1.404	336	314
Circulante		336	314	336	314
Não circulante		1.595	1.090	-	-

b) Informações adicionais sobre os FIDC's

A Companhia consolida as demonstrações financeiras dos respectivos FIDC's, tendo em vista que exerce controle sobre as principais decisões operacionais e detém os riscos e benefícios significativos do fundo, no contexto da consolidação, correspondendo ao valor devido aos cotistas seniores do fundo, os quais têm preferência no recebimento dos recursos originados pela carteira de direitos creditórios adquiridos pelos FIDC's. Essas cotas representam uma obrigação para a Companhia e o seu saldo é apresentado na rubrica "Outros passivos" (Não circulante) do Balanço Patrimonial. O saldo referente às cotas seniores no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 era de R\$2.016 (R\$1.742 em 31 de dezembro de 2025).

Investimento da Companhia

FIDC's	Operação	Quantidade de cotas (Em unidades)	Participação no Patrimônio líquido	Valor das cotas (Reais por cotas)	30.06.2026
FIDC ICB	Risco sacado	366.669	61,08%	3.181	1.166
FIDC CBSB	Risco sacado	33.089	45,12%	3.089	102
FIDC FEEDER	CDC	21.119	100,00%	2.982	63
FIDC RED ASSET	CDC	1.500	100,00%	669	1
FIDC RIZA	Risco sacado	149.249	22,81%	1.201	179
FIDC JIVE	CDC	63.579	20,81%	1.206	77
FIDC ICB BS	CDC	6.128	100,00%	1.072	7
		641.333			1.595

FIDC's	31.12.2025	Aportes	Resultados	30.06.2026
FIDC ICB	780	-	386	1.166
FIDC CBSB	76	-	26	102
FIDC FEEDER	43	-	20	63
FIDC RED ASSET	1	-	-	1
FIDC RIZA	122	40	17	179
FIDC JIVE	66	-	11	77
FIDC ICB BS	2	4	1	7
	1.090	44	461	1.595

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cotas seniores

FIDC's	31.12.2025	Aportes	Resultados	Resgates	30.06.2026
FIDC IBCB	727	-	139	(123)	743
FIDC CBSB	77	51	27	(31)	124
FIDC FEEDER	-	-	1	(1)	-
FIDC RIZA	445	139	50	(28)	606
FIDC JIVE	270	-	22	-	292
FIDC CASAS BAHIA	147	-	14	(45)	116
FIDC EP BANQI	76	60	9	(10)	135
	1.742	250	262	(238)	2.016

7. Contas a receber

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Administradoras de cartões de crédito	293	391	293	391
Credidiário Casas Bahia	6.047	6.388	6.177	6.459
Juros a apropriar	(1.821)	(1.915)	(1.821)	(1.915)
Contas a receber – B2B (i)	701	746	701	746
Outras contas a receber	243	402	625	708
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "PDD")	(721)	(792)	(1.021)	(953)
	4.742	5.220	4.954	5.436
Circulante	4.350	4.844	4.562	5.060
Não circulante	392	376	392	376

(i) A sigla B2B significa "business-to-business", uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

b) Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Saldo no início do período	(792)	(694)	(953)	(720)
Perdas estimadas registradas no período	(492)	(527)	(685)	(554)
Baixas de contas a receber	413	371	467	380
Recuperação de carteira (i)	150	125	150	125
Saldo no fim do período	(721)	(725)	(1.021)	(769)
Circulante	(654)	(667)	(954)	(711)
Não circulante	(67)	(58)	(67)	(58)

(i) Refere-se a venda de carteiras de clientes inadimplentes há mais de 180 dias.

c) Composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por tipo de recebível

	Controladora								
	30.06.2026			31.12.2025			30.06.2025		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	293	-	293	391	-	391	292	-	292
Credciário Casas Bahia	6.047	(614)	5.433	6.388	(697)	5.691	6.183	(642)	5.541
Contas a receber "B2B" (i)	701	(2)	699	746	-	746	155	(40)	115
Outras contas a receber	243	(105)	138	402	(95)	307	403	(43)	360
	7.284	(721)	6.563	7.927	(792)	7.135	7.033	(725)	6.308

	Consolidado								
	30.06.2026			31.12.2025			30.06.2025		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	293	-	293	391	-	391	295	-	295
Credciário Casas Bahia	6.177	(805)	5.372	6.459	(786)	5.673	6.202	(642)	5.560
Contas a receber "B2B" (i)	701	(2)	699	746	-	746	155	(40)	115
Outras contas a receber	625	(214)	411	708	(167)	541	635	(87)	548
	7.796	(1.021)	6.775	8.304	(953)	7.351	7.287	(769)	6.518

(i) A sigla B2B significa "*business-to-business*", uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Composição por período de vencimento do contas a receber, antes da redução das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e dos juros a apropriar

Controladora											
30.06.2026						31.12.2025					
A vencer	Vencidos				Total	A vencer	Vencidos				Total
	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias			Até 30 Dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	
Administradoras de cartão de crédito	293	-	-	-	293	391	-	-	-	-	391
Crediário Casas Bahia	5.504	222	114	83	6.047	5.862	218	115	84	109	6.388
Contas a receber "B2B" (i)	423	199	27	27	701	594	113	17	2	20	746
Outras contas a receber	120	12	7	16	243	246	86	5	6	59	402
	6.340	433	148	126	7.284	7.093	417	137	92	188	7.927

Consolidado											
30.06.2026						31.12.2025					
A vencer	Vencidos				Total	A vencer	Vencidos				Total
	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias			Até 30 Dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	
Administradoras de cartão de crédito	293	-	-	-	293	391	-	-	-	-	391
Crediário Casas Bahia	5.543	245	127	98	6.177	5.925	224	117	84	109	6.459
Contas a receber "B2B" (i)	423	199	27	27	701	594	113	17	2	20	746
Outras contas a receber (ii)	431	19	13	25	625	446	108	15	16	123	708
	6.690	463	167	150	7.796	7.356	445	149	102	252	8.304

(i) A sigla B2B significa "*business-to-business*", uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

(ii) Majoritariamente os saldos em aberto registrados possuem correspondência nos saldos a pagar registrados na rubrica de "Repasse a terceiros", refletindo obrigações contratuais vinculadas a esses direitos. Dessa forma, a liquidação financeira ocorrerá de forma simultânea ou compensatória.

7.1 Contas a receber - Crédito Direto ao Consumidor (Crediário Casas Bahia)

a) Composição dos saldos

Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("Crediário Casas Bahia"), conforme nota explicativa nº 16(a)(i), que podem ser parcelados em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 14 meses com taxa média de juros de 177,03% a.a. (prazo de recebimento de 14 meses com taxa média de juros de 179,88% a.a. em 31 de dezembro de 2025). A seguir são apresentados os saldos brutos dos carnês e o montante de juros a incorrer de acordo com os prazos acordados.

	Controladora			Consolidado		
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2025
Circulante	5.383	5.771	5.623	5.513	5.842	5.642
Não Circulante	664	617	560	664	617	560
Crediário Casas Bahia, bruto de juros a apropriar (a)	6.047	6.388	6.183	6.177	6.459	6.202
Juros a apropriar	(1.821)	(1.915)	(1.980)	(1.821)	(1.915)	(1.980)
Crediário Casas Bahia, líquido de juros a apropriar	4.226	4.473	4.203	4.356	4.544	4.222
PECLD (PDD) (b)	(614)	(697)	(642)	(805)	(786)	(642)
(%) PECLD sobre Crediário Casas Bahia (b) / (a)	10,2%	10,9%	10,4%	13,0%	12,2%	10,4%

b) Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do Crediário Casas Bahia

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Saldo no início do período	(697)	(626)	(786)	(626)
Perdas estimadas registradas no período	(448)	(505)	(577)	(505)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	381	364	408	364
Recuperação de carteira (i)	150	125	150	125
Saldo no fim do período	(614)	(642)	(805)	(642)
Circulante	(547)	(584)	(739)	(584)
Não circulante	(67)	(58)	(66)	(58)

(i) Refere-se a venda de carteiras de clientes inadimplentes há mais de 180 dias.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Estoques

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Lojas	1.738	1.975	1.738	1.975
Centros de distribuição	2.486	3.046	2.521	3.085
Almoxarifado	14	17	22	24
Perda estimada ao valor realizável líquido	(42)	(48)	(42)	(48)
	4.196	4.990	4.239	5.036

b) Movimentação das perdas estimadas para redução dos estoques ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Saldo no início do período	(48)	(91)	(48)	(92)
Reversões (adições)	(16)	46	(16)	45
Perdas realizadas	22	18	22	19
Saldo no fim do período	(42)	(27)	(42)	(28)

9. Tributos a recuperar

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
ICMS a recuperar (i)	2.166	2.247	2.166	2.247
PIS e COFINS a recuperar (ii)	3.625	3.462	3.803	3.647
Imposto de renda e contribuição social	84	183	147	235
Outros	196	254	201	259
	6.071	6.146	6.317	6.388
Circulante	1.784	1.266	1.858	1.341
Não circulante	4.287	4.880	4.459	5.047

(i) Realização do crédito de ICMS

O plano de realização do crédito de ICMS (monetização) é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas. Sempre que necessário, são realizadas revisões nas premissas estabelecidas com o objetivo de refletir no plano os eventos de negócio, permitindo assim ter maior controle da realização dos referidos créditos.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudos técnicos de recuperação, e com base na expectativa de desempenho operacional futuro, entende ser viável a sua realização por meio da compensação futura dos referidos créditos ou outras formas admitidas pela legislação. Os estudos de recuperabilidade mencionados são elaborados com base no planejamento estratégico e orçamentário aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e revisados periodicamente. Para as Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Administração da Companhia concluiu que as premissas utilizadas permanecem razoáveis e consistentes com a melhor expectativa de realização dos referidos créditos.

Cabe ainda destacar que a realização dos referidos créditos também pode ocorrer através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais mediante a apresentação dos documentos fiscais e arquivos digitais relativos as operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento.

(ii) Reconhecimento de crédito de PIS e COFINS - Terceiros

A Companhia possui R\$733 de créditos de PIS e COFINS referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS cujo benefício financeiro pertence a terceiros. O respectivo crédito tão logo seja compensado pela Companhia e homologado em definitivo pela Receita Federal do Brasil deverá ser repassado integralmente líquido de impostos para terceiros, razão pela qual a Companhia também registrou montante equivalente no passivo não circulante no grupo de "Outros Passivos".

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Expectativa de realização dos tributos a recuperar

Controladora					
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
6 meses de 2026	191	578	21	14	804
2027	609	1.248	63	82	2.002
2028	612	615	-	99	1.326
2029	451	225	-	1	677
2030	-	225	-	-	225
2031	303	225	-	-	528
2032	-	225	-	-	225
2033	-	284	-	-	284
	2.166	3.625	84	196	6.071

Consolidado					
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
6 meses de 2026	191	585	77	15	868
2027	609	1.256	70	85	2.020
2028	612	615	-	99	1.326
2029	451	225	-	2	678
2030	-	388	-	-	388
2031	303	225	-	-	528
2032	-	225	-	-	225
2033	-	284	-	-	284
	2.166	3.803	147	201	6.317

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Partes relacionadas

	Balço Patrimonial				Demonstração do resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Bartira (a)	128	158	-	-	(192)	(285)	-	-
Aquisição de mercadorias	(11)	(7)	-	-	(192)	(285)	-	-
Adiantamentos	138	164	-	-	-	-	-	-
Repasse de despesas	1	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	1	-	-	-	-	-	-
Asap Logística (b)	(264)	(250)	-	-	(217)	(167)	-	-
Serviços contratados – Fretes	(273)	(285)	-	-	(217)	(167)	-	-
Adiantamentos	-	25	-	-	-	-	-	-
Repasse de despesas	8	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1	10	-	-	-	-	-	-
Asap Log (b)	(17)	4	-	-	(53)	(32)	-	-
Serviços contratados – Fretes	(21)	(7)	-	-	(53)	(32)	-	-
Repasse de despesas	4	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	11	-	-	-	-	-	-
CB Tecnologia (c)	(139)	(147)	-	-	(168)	(162)	-	-
Serviços contratados – TI	(139)	(147)	-	-	(168)	(162)	-	-
Íntegra	9	9	-	-	-	10	-	-
Venda de mercadorias	10	8	-	-	-	10	-	-
Outros	(1)	1	-	-	-	-	-	-
CB Pay IP (f)	(17)	(11)	-	-	(30)	(25)	-	-
Repasse de despesas	5	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	(18)	(11)	-	-	(27)	(25)	-	-
Outros	(4)	-	-	-	(3)	-	-	-
Cnova	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-
Repasse de despesas	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-
GAS (h)	(19)	(18)	-	-	(1)	-	-	-
Mútuo	(19)	(18)	-	-	(1)	-	-	-
GAC (h)	(43)	(40)	-	-	(3)	-	-	-
Mútuo	(43)	(40)	-	-	(3)	-	-	-
Lake (h)	(187)	(137)	-	-	(11)	1	-	-
Mútuo	(187)	(137)	-	-	(11)	1	-	-

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Balanco Patrimonial				Demonstração do resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
FIDC ICB (e(i)) (h)	(1.913)	(1.506)	-	-	(507)	(132)	-	-
Risco sacado (portal)	(92)	(287)	-	-	-	-	-	-
Risco sacado (convênio)	(870)	(717)	-	-	(278)	(132)	-	-
Risco sacado (convênio) - Antecipação juros	40	31	-	-	-	-	-	-
Nota comercial	(991)	(533)	-	-	(229)	-	-	-
FIDC CBSB (e(ii)) (h)	(225)	(153)	-	-	(57)	(26)	-	-
Risco sacado (convênio)	-	(47)	-	-	-	(26)	-	-
Risco sacado (convênio) - Antecipação juros	-	5	-	-	-	-	-	-
Nota comercial	(225)	(111)	-	-	(57)	-	-	-
FIDC RIZA (e(ii))	(770)	(565)	-	-	(75)	-	-	-
Risco sacado (convênio)	(800)	(565)	-	-	(75)	-	-	-
Risco sacado (convênio) - Antecipação juros	30	-	-	-	-	-	-	-
FIDC Casas Bahia (e(ii))	(104)	(106)	-	-	-	-	-	-
Antecipações CDC	(104)	(106)	-	-	-	-	-	-
FIDC JIVE (e(ii)) (h)	(306)	(153)	-	-	(25)	-	-	-
Antecipações CDC	(105)	(153)	-	-	-	-	-	-
Nota comercial	(201)	-	-	-	(25)	-	-	-
FIDC ICB BS	(5)	-	-	-	-	-	-	-
Antecipações CDC	(5)	-	-	-	-	-	-	-
FIDC BanQi II (e(ii))	(97)	(41)	-	-	-	-	-	-
Antecipações CDC	(97)	(41)	-	-	-	-	-	-
Controladas - Saldo líquido	(3.970)	(2.957)	-	-	(1.339)	(818)	-	-
CBEP (g) (i)	325	350	376	398	5	(4)	5	(4)
Demandas judiciais	325	350	376	398	5	(4)	5	(4)
FIC (d)	(13)	(6)	(13)	(7)	-	(4)	-	(4)
Repasse - Corban	(1)	(6)	(1)	(7)	-	-	-	-
Comissões - Corban	(12)	-	(12)	-	-	-	-	-
Contas a pagar - Antecipações	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Taxas	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
BINV (d)	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Repasse - Corban	(2)	-	(2)	-	-	-	-	-
Comissões - Corban	2	-	2	-	-	-	-	-
Contas a pagar - Antecipações	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Outros	-	-	-	-	-	1	-	1
Coligadas - Saldo líquido	312	344	363	391	5	(13)	5	(13)

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Balanco Patrimonial				Demonstração do resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Saldo líquido - Partes relacionadas	(3.658)	(2.613)	363	391	(1.334)	(831)	5	(13)
Ativo circulante	406	583	268	297				
Ativo não circulante	59	55	108	104				
Passivo circulante	(3.879)	(3.077)	(13)	(10)				
Passivo não circulante	(244)	(174)	-	-				

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas entre a Companhia e suas controladas e demais entidades relacionadas, no curso normal dos negócios. Essas transações são formalizadas através de contratos ou acordos específicos, estabelecidos com base em condições comerciais compatíveis com aquelas praticadas entre partes independentes, quando aplicável, observadas as características e especificidades das operações. As principais transações realizadas no período são descritas a seguir:

- a) **Operações de venda de mercadorias:** A indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") realiza a venda de móveis à Companhia, os quais são destinados à comercialização na rede varejista do Grupo. As operações são realizadas conforme condições comerciais previamente estabelecidas entre as partes.
- b) **Operações de fretes:** Asap Log - Logística e Soluções Ltda. ("Asap Logística") e Asap Log Ltda. ("Asap Log") prestam serviços de transporte, armazenagem e distribuição de mercadorias à Companhia, no âmbito da gestão das operações logística do Grupo.
- c) **Desenvolvimento de sistemas:** A Casas Bahia Tecnologia Ltda. ("CB Tecnologia") presta serviços de desenvolvimento, manutenção e suporte de sistemas e plataformas tecnológicas utilizados nas operações comerciais, logísticas e financeiras da Companhia.
- d) **Operações de crédito:** A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e pela BINV. A FIC e BINV atuam também como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes, esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito" (vide nota explicativa nº 7 (a)). Em 30 de junho de 2026, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$13 (R\$10 em 31 de dezembro de 2025).

Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato para alienação da totalidade de sua participação na Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") e no Banco Invest Cred Unibanco S.A. ("BINV"), vide nota explicativa 11(b).

e) Operações FIDC's:

Composição dos saldos

Operações FIDC's	Balanco patrimonial		Demonstração do resultado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	30.06.2025
Obrigações com Risco sacado (convênio) (i)	(1.670)	(1.293)	(353)	(158)
Obrigações com Risco sacado (portal) (i)	(92)	(287)	-	-
Credidiário Casas Bahia (ii)	(311)	(300)	-	-

(i) Antecipação a fornecedores: Esses FIDC's atuam nas operações de "Obrigações com Risco sacado (convênio)" e "Obrigações com Risco sacado (portal)" (vide detalhes das operações na nota explicativa nº 15(a)).

(ii) Credidiário Casas Bahia: Esses FIDC's atuam nas operações de venda a prazo financiadas (vide detalhes das operações na nota explicativa nº 7.1 (a))

Movimentação Risco sacado

	Portal	Convênio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	241	203	444
Pagamentos	-	(1.013)	(1.013)
Transferência	70	1.794	1.864
Saldo em 30 de junho de 2025	311	984	1.295
Saldo em 31 de dezembro de 2025	287	1.329	1.616
Pagamentos	(490)	(41)	(531)
Transferência	295	382	677
Saldo em 30 de junho de 2026	92	1.670	1.762

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Aplicativo CB Pay

A Companhia paga comissões à CB Pay Instituição de Pagamento Ltda. ("CB Pay IP") pelas operações realizadas por meio da conta digital disponibilizada aos clientes através do aplicativo CB Pay.

- g) Operações de aluguéis:** A Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 158 imóveis com a Icon Properties ("CBEP"). Esses saldos são reconhecidos em conformidade com o CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos, sendo registrados nas rubricas de "Direito de uso" e "Passivo de arrendamento", conforme detalhado na nota explicativa nº 21.

	Ativo (Passivo)			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ativo de direito de uso	222	229	241	249
Passivo de arrendamento	(375)	(387)	(406)	(419)
	(153)	(158)	(165)	(170)

	Depreciação e juros apropriados			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Depreciação	(26)	(24)	(29)	(26)
Juros apropriados	(25)	(27)	(27)	(29)
	(51)	(51)	(56)	(55)

h) Empréstimos com controladas:

Mútuos: Em 30 de junho de 2026, o saldo de mútuos com partes relacionadas totalizava R\$249 (R\$195 em 31 de dezembro de 2025), os contratos possuem prazo médio de 1 ano e remuneração equivalente a 100% do CDI, sendo reconhecidos ao custo amortizado pela taxa efetiva de juros.

Notas comerciais: Em 30 de junho de 2026, o saldo referente a Notas Comerciais emitidas entre partes relacionadas era de R\$1.417 (R\$644 em 31 de dezembro de 2025), as notas comerciais possuem prazo médio de 2 meses e remuneração pré-fixada, conforme termos pactuados contratualmente, cabe destacar que tais instrumentos são reconhecidos ao custo amortizado

	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2024	158
Fluxos de caixa de financiamento	
Captações	15
Amortizações	(1)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	5
Saldo em 30 de junho de 2025	177
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839
Fluxos de caixa de financiamento	
Captações	3.212
Amortizações	(2.419)
Pagamento de juros	(188)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	222
Saldo em 30 de junho de 2026	1.666

- i) Acordo de Associação:** Em 2010, foi celebrado um "Acordo de Associação" entre a Companhia, CBD, CBEP e sócios da CBEP, o qual, entre outras disposições, assegurou à Companhia o direito de ser indenizada por CBD, CBEP e seus respectivos sócios por eventuais perdas e/ou danos decorrentes de demandas judiciais e/ou reembolso de despesas cujo fato gerador tenha ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Companhia e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação. A Companhia mantém os termos contratuais do Acordo de Associação até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 14 de junho de 2019, a CBD alienou integralmente sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber relacionados ao Acordo de Associação passaram a ser reconhecidos na rubrica de "outros ativos" no ativo circulante ou não circulante, conforme sua expectativa de realização.

j) Remuneração da Administração: As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal), registradas na Demonstração do Resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, foram as seguintes:

	30.06.2026			30.06.2025		
	Benefícios de curto prazo	Benefícios de longo prazo	Total	Benefícios de curto prazo	Benefícios de longo prazo	Total
Diretoria	16	4	20	27	2	29
Conselho de Administração	4	-	4	5	-	5
	20	4	24	32	2	34

Em 30 de abril de 2026, a Companhia fixou a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício de 2026 no valor de R\$62 (Os valores aprovados não incluem provisões relacionadas a remuneração baseada em ações, as quais são reconhecidas conforme CPC 10 (R1) (IFRS 2)).

11. Investimentos

a) Composição dos saldos e movimentação

Controladora													
Empresas	31.12.2024	Lucros não realizados nos estoques	Equivalência patrimonial	Pagamento baseado em ações	Aumento de capital	30.06.2025	31.12.2025	Aumento de capital	Lucro não realizados nos estoques	Equivalência patrimonial	Pagamento baseado em ações	Baixa	30.06.2026
Lake (ii)	957	-	52	-	-	1.009	1.065	-	-	(321)	-	-	744
Bartira (i)	796	(9)	23	-	-	810	824	-	6	(160)	-	(627)	43
Asap Logística (ii)	253	-	(9)	-	-	244	268	-	-	(153)	-	-	115
Cnova (ii)	106	-	7	1	4	118	120	4	-	(46)	-	-	78
CB Tecnologia	15	-	3	-	-	18	21	-	-	(4)	-	-	17
Outros	28	-	2	-	-	30	33	-	-	3	-	-	36
Total	2.155	(9)	78	1	4	2.229	2.331	4	6	(681)	-	(627)	1.033

(i) No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, em função da revisão das expectativas de rentabilidade e das projeções econômico-financeiras da Companhia, foram realizados testes de recuperabilidade dos ativos. Como resultado, foi constatado que determinados ativos apresentavam valor contábil superior ao seu valor recuperável, levando ao reconhecimento de perdas por *impairment* no montante total R\$ 667 relacionados ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 26 (ii)).

(ii) No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, o resultado de equivalência foi impactado pela revisão das expectativas de rentabilidade futura da Companhia. Para detalhes sobre o *impairment* de ágio por expectativa de rentabilidade futura e ativos identificáveis vide nota explicativa nº 13(a) e 26(ii)).

Consolidado							
Empresas	31.12.2024	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	30.06.2025	31.12.2025	Baixa	30.06.2026
FIC	177	34	(14)	197	-	-	-
BINV	70	9	(6)	73	-	-	-
Distrito	16	-	-	16	16	(16)	-
Total	263	43	(20)	286	16	(16)	-

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) As Informações financeiras resumidas das coligadas

FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e do Grupo Casas Bahia. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. e a CBD. A Companhia exerce influência significativa nessas instituições, mas não o controle.

Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato para alienação da totalidade de sua participação societária na Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") e no Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV"), a participação da Companhia no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo a obtenção de aprovação regulatória pelo Banco Central do Brasil.

Considerando que:

- (i) a Administração está comprometida com o plano de venda;
- (ii) o ativo está disponível para venda imediata em suas condições atuais;
- (iii) a transação é considerada altamente provável; e
- (iv) a expectativa é de conclusão dentro do prazo de 12 meses a partir da data de classificação

A Companhia reclassificou os investimentos em FIC e BINV para o grupo de ativos não circulantes mantidos para venda, nos termos do CPC 31 (IFRS 5) - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

A partir da data de classificação como mantidos para venda, os investimentos deixaram de ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial, passando a ser mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

Até 30 de junho de 2026, não foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável decorrente dessa classificação pois o valor anteriormente registrado no grupo de investimentos já representava o menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

A conclusão da transação permanece condicionada à aprovação regulatória e demais condições precedentes previstas contratualmente.

Distrito

O Distrito é um *hub* de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberto, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, *startups*, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no Distrito, mas não o controle. Em 30 de junho de 2026, a participação da Companhia no capital votante total do Distrito corresponde a 16,67%, oriundo do investimento realizado pela controlada Cnova.

12. Imobilizado

a) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	30.06.2026			31.12.2025			30.06.2026			31.12.2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos	9	-	9	9	-	9	11	-	11	11	-	11
Edifícios	9	(7)	2	10	(8)	2	11	(9)	2	12	(10)	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.251	(717)	534	1.434	(727)	707	1.257	(717)	540	1.440	(727)	713
Máquinas e equipamentos	354	(256)	98	366	(250)	116	563	(419)	144	574	(411)	163
Equipamentos de informática	778	(684)	94	793	(678)	115	787	(693)	94	803	(687)	116
Instalações	170	(102)	68	178	(100)	78	191	(112)	79	198	(109)	89
Móveis e utensílios	418	(342)	76	436	(331)	105	423	(347)	76	442	(336)	106
Veículos	6	(6)	-	6	(6)	-	10	(7)	3	10	(7)	3
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	89	(74)	15	92	(72)	20	89	(74)	15	92	(72)	20
	3.084	(2.188)	896	3.324	(2.172)	1.152	3.342	(2.378)	964	3.582	(2.359)	1.223

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora												
	31.12.2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	30.06.2025		31.12.2025	Adições	Baixas	Depreciação	30.06.2026	
Terrenos	9	-	-	-	-	9		9	-	-	-	9	
Edifícios	2	-	-	-	-	2		2	-	-	-	2	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	702	21	(9)	(26)	-	688		707	18	(163)	(28)	534	
Máquinas e equipamentos	121	3	-	(8)	1	117		116	8	(18)	(8)	98	
Equipamentos de informática	135	2	(1)	(18)	-	118		115	1	(5)	(17)	94	
Instalações	86	1	(1)	(5)	-	81		78	2	(7)	(5)	68	
Móveis e utensílios	136	3	(11)	(14)	-	114		105	1	(19)	(11)	76	
Veículos	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	
Imobilizado em andamento	8	-	-	1	(1)	8		-	-	-	-	-	
Outros	23	3	-	(4)	-	22		20	3	(3)	(5)	15	
	1.222	33	(22)	(74)	-	1.159		1.152	33	(215)	(74)	896	

	Consolidado											
	31.12.2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	30.06.2025	31.12.2025	Adições	Baixas (i)	Depreciação	30.06.2026	
Terrenos	11	-	-	-	-	11		11	-	-	-	11
Edifícios	2	-	-	-	-	2		2	-	-	-	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	708	21	(9)	(26)	-	694		713	18	(163)	(28)	540
Máquinas e equipamentos	166	6	-	(10)	1	163		163	8	(17)	(10)	144
Equipamentos de informática	137	2	-	(18)	-	121		116	1	(5)	(18)	94
Instalações	98	2	(1)	(6)	-	93		89	3	(8)	(5)	79
Móveis e utensílios	136	3	(10)	(15)	-	114		106	1	(19)	(12)	76
Veículos	3	-	-	-	-	3		3	-	-	-	3
Imobilizado em andamento	9	-	-	-	(1)	8		-	-	-	-	-
Outros	25	3	-	(5)	-	23		20	3	(3)	(5)	15
	1.295	37	(20)	(80)	-	1.232		1.223	34	(215)	(78)	964

(i) Como parte do Plano de Transformação – Fase 2 (vide nota explicativa nº 1), no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia encerrou as atividades de 298 lojas. Em decorrência dessa iniciativa, foi constituída provisão no montante de R\$ 210, referente aos imobilizados das lojas encerradas.

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no Custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Depreciação e amortização	25	23	29	26

c) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

A Companhia não acredita que existam alterações materiais nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos imobilizado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e, desta forma, não houve a necessidade de realização de um novo teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

A Companhia realizará novos testes em 31 de dezembro de 2026 ou antes se algum *impairment* for identificado.

13. Intangível

a) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	30.06.2026			31.12.2025			30.06.2026			31.12.2025		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)(i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	884	-	884
Softwares em desenvolvimento (ii)	84	-	84	194	-	194	97	-	97	199	-	199
Softwares e licenças (iii)	2.761	(1.248)	1.513	2.555	(1.135)	1.420	2.854	(1.300)	1.554	2.709	(1.213)	1.496
Direitos contratuais (iv)	251	(233)	18	251	(231)	20	251	(233)	18	251	(231)	20
Marcas e patentes (v)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	-	49
Contrato vantajoso (v)	-	-	-	-	-	-	36	(36)	-	37	(26)	11
Fundo de comércio (vi)	57	(57)	-	59	(59)	-	57	(57)	-	59	(59)	-
	3.153	(1.538)	1.615	3.059	(1.425)	1.634	3.295	(1.626)	1.669	4.188	(1.529)	2.659

- (i) **Ágio:** A Companhia mantinha ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente da aquisição de subsidiárias: (a) Bartira em 2013, no montante de R\$627; (b) Asap Log em 2020, no montante de R\$3; (c) BanQi em 2020, no montante de R\$226; (d) I9XP em 2020, no montante de R\$11; (e) CNT em 2022, no montante de R\$17. No período em seis meses findo em 30 de junho 2026, após revisar as expectativas de rentabilidade futuras e as projeções econômico-financeiras a Companhia efetuou o reconhecimento de perdas por *impairment* dos respectivos saldos.
- (ii) **Softwares em desenvolvimento:** Referem-se aos *softwares* desenvolvidos pela Companhia para uso interno;
- (iii) **Softwares e licenças:** Referem-se às licenças de programas ou sistemas adquiridos de terceiros;
- (iv) **Direitos contratuais:** Referem-se à re aquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estimada com base na data de término dos direitos readquiridos;
- (v) **Marcas e patentes e Contrato vantajoso:** No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, em função da revisão das expectativas de rentabilidade e das projeções econômico-financeiras da Companhia, foram realizados testes de recuperabilidade dos ativos. Como resultado, foi constatado que determinados ativos apresentavam valor contábil superior ao seu valor recuperável, levando ao reconhecimento de perdas por *Impairment*.
- (vi) **Fundo de comércio:** Referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais.

**Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora									
	31.12.2024	Adições (¹)	Amortização	Transferências	30.06.2025	31.12.2025	Adições (¹)	Amortização	Transferências	30.06.2026
Softwares em desenvolvimento	97	95	(1)	(81)	110	194	91	-	(201)	84
Softwares e licenças	1.512	9	(107)	81	1.495	1.420	5	(113)	201	1.513
Direitos contratuais	25	-	(2)	-	23	20	-	(2)	-	18
Fundo de comércio	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
	1.635	104	(110)	-	1.629	1.634	96	(115)	-	1.615

	Consolidado											
	31.12.2024	Adições (¹)	Baixas	Amortização	Transferên Cias	30.06.2025	31.12.2025	Adições (¹)	Amortização	Baixas	Transferências	30.06.2026
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) (²)	884	-	-	-	-	884	884	-	-	(884)	-	-
Softwares em desenvolvimento	103	101	-	-	(91)	113	199	104	-	-	(206)	97
Softwares e licenças (²)	1.597	11	(1)	(119)	91	1.579	1.496	6	(125)	(29)	206	1.554
Direitos contratuais	25	-	-	(2)	-	23	20	-	(2)	-	-	18
Marcas e patentes(²)	50	-	-	-	-	50	49	-	-	(49)	-	-
Contrato vantajoso (²)	14	-	-	(2)	-	12	11	-	(2)	(9)	-	-
Fundo de comércio	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	2.674	112	(1)	(123)	-	2.662	2.659	110	(129)	(971)	-	1.669

(¹) No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia capitalizou o montante de R\$19 (*nil* nos seis meses findo em 30 de junho de 2025) a título de juros sobre empréstimos diretamente vinculados a ativos qualificáveis da Companhia.

(²) No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, em função da revisão das expectativas de rentabilidade e das projeções econômico-financeiras da Companhia, foram realizados testes de recuperabilidade dos ativos. Como resultado, foi constatado que determinados ativos apresentavam valor contábil superior ao seu valor recuperável, levando ao reconhecimento de perdas por *impairment* no montante total de R\$ 971, sendo R\$ 884 relacionados ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, R\$ 49 as marcas e patentes, R\$ 9 ao contrato vantajoso e R\$ 29 aos softwares (vide nota explicativa nº26(ii)).

b) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*)

Durante o período, em razão das alterações no cenário macroeconômico e da revisão das projeções econômico-financeiras da Companhia, a Administração identificou indicadores de que o valor contábil de determinados ativos poderia não ser integralmente recuperável e, conseqüentemente, realizou novos testes de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os testes foram realizados com base nas projeções atualizadas de geração de fluxos de caixa das respectivas unidades geradoras de caixa, considerando as condições atuais de mercado, as perspectivas para os negócios da Companhia e as principais premissas econômico-financeiras aplicáveis.

Como resultado dessa avaliação, a Companhia identificou a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável sobre o ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, conforme detalhado na nota explicativa nº 13(a).

A Companhia continuará monitorando as premissas e circunstâncias que suportam a recuperabilidade de seus ativos e realizará novos testes sempre que forem identificados eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

14. Fornecedores

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Mercadorias	7.722	7.247	7.782	7.285
Serviços	1.145	1.015	1.205	1.103
	8.867	8.262	8.987	8.388

b) Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	Mercadorias	Serviços	Total	Mercadorias	Serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.259	582	7.841	7.327	637	7.964
Adições (i)	9.487	1.103	10.590	9.075	1.449	10.524
Pagamentos (i)	(3.897)	(1.400)	(5.297)	(4.280)	(1.767)	(6.047)
Transferências (ii)	(6.378)	571	(5.807)	(5.547)	592	(4.955)
Saldo em 30 de junho de 2025	6.471	856	7.327	6.575	911	7.486
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.247	1.015	8.262	7.285	1.103	8.388
Adições (i)	11.054	1.190	12.244	11.233	1.524	12.757
Pagamentos (i)	(4.405)	(1.060)	(5.465)	(5.239)	(1.422)	(6.661)
Transferências (ii)	(6.174)	-	(6.174)	(5.497)	-	(5.497)
Saldo em 30 de junho de 2026	7.722	1.145	8.867	7.782	1.205	8.987

(i) O saldo de adições e pagamentos de imobilizado e intangível são apresentados nas atividades de investimento na Demonstração dos fluxos de caixa, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 esse saldo foi de R\$41 no individual e R\$51 no consolidado (R\$17 no individual e R\$19 no consolidado em 30 de junho de 2025).

(ii) Referem-se as operações de "Obrigações com Risco sacado (convênio)" e "Obrigações com Risco sacado (portal)" (vide nota explicativa nº 15).

15. Operações com Risco sacado

a) Composição dos saldos

	Controladora e consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
Obrigações com Risco sacado (portal) (i)	182	32
Obrigações com Risco sacado (convênio) (ii)	861	2.430
	1.043	2.462

(i) Obrigações com Risco sacado (portal): A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com a Companhia e, também, através de transações desta natureza envolvendo instituições financeiras ou FIDC's (A exemplo dos FIDC's apresentados na nota explicativa nº 6). Nestas transações, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pela Companhia. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor. Os ganhos financeiros dessa operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime e competência e estão apresentados na nota explicativa nº 27.

(ii) Obrigações com Risco sacado (convênio): São de transações mercantis recorrentes entre o Grupo Casas Bahia e seus fornecedores de mercadorias. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras e FIDC's. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 30 de junho de 2026, o prazo médio dessas operações era de 92 dias com custo financeiro de 31,63% a.a. (em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio dessas operações era de 90 dias com custo financeiro de 28,30% a.a.). Os custos financeiros dessa operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime de competência e estão apresentados na nota explicativa nº 27. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

b) Movimentação

	Controladora e consolidado		
	Portal	Convênio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	125	2.446	2.571
Pagamentos	-	(5.245)	(5.245)
Transferências (i)	(125)	5.080	4.955
Saldo em 30 de junho de 2025	-	2.281	2.281
Saldo em 31 de dezembro de 2025	32	2.430	2.462
Pagamentos	(372)	(6.544)	(6.916)
Transferências (i)	522	4.975	5.497
Saldo em 30 de junho de 2026	182	861	1.043

(i) Referem-se as operações de fornecedores de mercadorias (vide nota explicativa nº14) e partes relacionadas (vide nota explicativa nº10 (e)(i)).

16. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa média a.a.	Controladora e consolidado	
		30.06.2026	31.12.2025
Repasse para instituições financeiras (i)	17,98%	4.711	5.292
Empréstimos em moeda nacional e debêntures (ii)	100% CDI	2.323	1.006
		7.034	6.298
Circulante		5.051	5.613
Não circulante		1.983	685

(i) Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("Repasse para instituições financeiras - CDCI").

As operações de Repasse para instituição financeiras ("CDCI") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 7.1(a)). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 30 de junho de 2026, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 17,98% a.a. (27,36% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

	Controladora e consolidado		
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2025
Circulante	4.691	5.357	5.623
Não Circulante	403	437	451
	5.094	5.794	6.074
Juros a apropriar	(383)	(502)	(514)
Repasse para instituições financeiras, líquido de juros a apropriar	4.711	5.292	5.560

(ii) Empréstimos em moeda nacional e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Em 29 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou a 11ª emissão de debêntures da Companhia, em 4 séries, sendo a 1ª e a 4ª séries não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e a 2ª e a 3ª séries conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária ("11ª Emissão"), destinada a investidores qualificados e profissionais, a qual foi objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, no valor total de R\$2.409.

A oferta contou com a adesão de titulares de debêntures da 10ª emissão de debêntures da Companhia ("10ª Emissão") na quantidade total de 2.418 debêntures, correspondentes a 90,5% das debêntures da 10ª emissão. Adicionalmente, nem todos os debenturistas da 10ª emissão optaram por migrar para a 11ª emissão de debêntures. Para esses credores, as debêntures permaneceram registradas no âmbito da 10ª emissão, já considerando as condições renegociadas e os novos vencimentos estabelecidos para 17.12.2050 remunerado por 100% do CDI.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia liquidou integralmente, mediante pagamento em caixa, a 4ª série da 11ª emissão de debêntures no valor de R\$ 147. No mesmo período, foram convertidas 26 debêntures da 2ª série, totalizando R\$ 94 e 296 debêntures da 3ª série, totalizando R\$ 1.101.

Do montante liquidado da 3ª série, R\$ 1.032 referem-se à parcela das debêntures cuja conversão em ações ordinárias já estava definida no momento da emissão da 11ª emissão, resultando na emissão de 278 ações (vide nota explicativa nº23(d)). O montante remanescente, de R\$ 69, refere-se a conversões realizadas após a emissão da 11ª emissão, decorrentes de solicitações adicionais de conversão formalizadas ao longo do período, com a emissão de 19 ações.

A seguir estão os dados da 11ª emissão de debêntures da Companhia

Série	Remuneração	Debên- tures emitidas	Amortização	Tipo de Amortização	Classificação contábil
1ª	CDI + 1,00%	222	Vencimento em Dez/29, com fluxo semestral Cronograma de amortização: Jun/26: 2,5% Dez/26: 2,5% Jun/27: 7,5% Dez/27: 7,5% Jun/28: 15% Dez/28: 15% Jun/29: 25% Dez/29: 25%	Integral em caixa	Passivo financeiro (Custo amortizado)
2ª	Participação nos lucros	938	Preço médio ponderado dos 90 dias anteriores à divulgação da Oferta (VWAP 90D) – 12.12.2025 (exclusive) Vencimento em Jun/28, sem amortização Cada debêntures dará direito a 1,0 (uma) ação ordinária da Companhia Limites máximos de conversão: Mar/26: 10% Jun/26: 15% Set/26: 15% Dez/26: 20% Mar/27: 30% Abr/27: 10%	Mandatoriamente conversível em ações	Instrumento patrimonial
3ª	TR (atualização monetária)	1.103	Preço médio ponderado dos 90 dias anteriores à divulgação da Oferta (VWAP 90D) – 12.12.2025 (exclusive) Vencimento em Dez/60, com fluxo <i>bullet</i> de principal Data limite de exercício: 13.02.2026 Cada debêntures dará direito a 1,0 (uma) ação ordinária da Companhia Lock-up de venda das ações convertidas: Mar/26: 10% Jun/26: 15% Set/26: 15% Dez/26: 20% Mar/27: 30% Abr/27: 10%	Debêntures conversíveis	Instrumento financeiro composto
4ª	100% do CDI	146	Vencimento em 15.01.2026, com pagamento <i>bullet</i> de principal e juros.	Integral em caixa	Passivo financeiro (Custo amortizado)

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento constante na demonstração dos fluxos de caixa.

	Controladora			Consolidado		
	CDCI	Moeda nacional e debêntures	Total	CDCI	Moeda nacional e debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.377	4.069	9.446	5.377	4.069	9.446
Fluxos de caixa de financiamento						
Captações	4.026	1.149	5.175	4.026	1.149	5.175
Amortizações	(3.926)	(807)	(4.733)	(3.926)	(807)	(4.733)
Pagamento de juros (i)	(434)	(4)	(438)	(434)	(4)	(438)
Variações que não envolvem caixa						
Modificação da dívida (ii)	-	26	26	-	26	26
Marcação a mercado dos instrumentos conversíveis	-	555	555	-	555	555
Debêntures conversíveis (direito de conversão)	-	(335)	(335)	-	(335)	(335)
Custo de captação	-	3	3	-	3	3
Juros incorridos	517	211	728	517	211	728
Saldo em 30 de junho de 2025	5.560	4.867	10.427	5.560	4.867	10.427
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.292	1.006	6.298	5.292	1.006	6.298
Fluxos de caixa de financiamento						
Captações	3.626	2.670	6.296	3.626	2.680	6.306
Amortizações	(4.159)	(1.379)	(5.538)	(4.159)	(1.389)	(5.548)
Pagamento de juros (i)	(551)	(111)	(662)	(551)	(113)	(664)
Variações que não envolvem caixa						
Modificação da dívida (ii)	-	307	307	-	307	307
Custo de captação	-	(3)	(3)	-	(3)	(3)
Juros incorridos	502	198	700	502	200	702
Conversão da dívida (iii)	-	(364)	(364)	-	(364)	(364)
Saldo em 30 de junho de 2026	4.710	2.324	7.034	4.710	2.324	7.034

- (i) Pagamentos de juros: Na Demonstração dos fluxos de caixa os pagamentos de juros estão classificados como "Atividades de financiamento", uma vez que a Companhia considera que esses valores compõem os custos de financiamentos.
- (ii) Modificação da dívida: A Companhia avaliou as emissões das 10ª e 11ª debêntures, e essas alterações se enquadraram como uma "modificação substancial", dessa forma, a Companhia efetuou o desreconhecimento das obrigações originais e reconheceu as novas obrigações, com termos e condições substancialmente diferentes. Os saldos reconhecidos serão apropriados conforme prazo das debêntures e estão apresentados na nota explicativa nº 27 (ii).
- (iii) Conversão da 3ª série da 11ª emissão de debêntures da Companhia (vide detalhes na nota explicativa 16(a)(iii)).
- c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora e consolidado		
	CDCI	Moeda nacional e debêntures	Total
6 meses de 2027	328	15	343
2028	57	1.444	1.501
2029	-	108	108
2030	-	-	-
2031	-	-	-
+ 5 anos	-	31	31
	385	1.598	1.983

d) Cláusulas restritivas

A Companhia monitora constantemente os indicadores considerados significativos pela Administração, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted").

Debêntures

A manutenção do vencimento contratual da 10ª e 11ª emissão de debêntures em seu prazo original está condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas ("covenants"), previstas em seus respectivos instrumentos, as quais a Companhia ressalta vem cumprindo regularmente.

O principal *covenant*/indicador das debêntures da Companhia é a relação entre dívida líquida consolidada⁽¹⁾ e o EBTIDA consolidado ajustado⁽²⁾, menor ou igual a 3,00.

⁽¹⁾ **Dívida líquida consolidada:** A Dívida total da Emissora^(*) (empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, notas promissórias, saldos das operações de CDCI ou instrumentos que venham a substituí-lo (incluindo, sem limitação, fundos de investimento em direitos creditórios e securitizações), excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil), subtraída do valor das disponibilidades do caixa, dos valores de Contas a Receber, oriundos de vendas com cartões de crédito com deságio de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento), vale-alimentação e multibenefícios, incluindo saldos das operações de CDCI ou instrumentos que venham a substituí-lo, se aplicável, existentes dentro da rubrica de Contas a Receber e valor equivalente às cotas subordinadas de emissão do FIDC e eventualmente subscritas pela Emissora. Para que não restem dúvidas operações de risco sacado fornecedor, não serão consideradas dívidas para fins do presente cálculo da Dívida Líquida Consolidada

⁽²⁾ **EBITDA consolidado ajustado:** O lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciação e amortizações, e acrescido de outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres cobertos pelas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis pela Emissora, elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

^(*) **Dívida total da Emissora:** São os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, saldos das operações de CDCI ou instrumentos que venham a substituí-lo (incluindo, sem limitação, fundos de investimento em direitos creditórios e securitizações), excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil.

17. Gerenciamento de riscos financeiros

a) Composição dos saldos

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por categoria, são os seguintes:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ativos financeiros					
<u>Custo amortizado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	652	884	960	1.225
Títulos e valores mobiliários (i)	6	336	314	336	314
Contas a receber (ii)	7	4.449	4.829	4.661	5.045
Partes relacionadas	10	465	638	376	401
Instrumentos financeiros		-	-	-	11
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>					
Administradoras de cartões de crédito	7	293	391	293	391
Passivos financeiros					
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores	14	(8.867)	(8.262)	(8.987)	(8.388)
Obrigações com Risco sacado (portal)	15	(182)	(32)	(182)	(32)
Obrigações com Risco sacado (convênio)	15	(861)	(2.430)	(861)	(2.430)
Empréstimos em moeda nacional e debêntures	16	(2.323)	(1.006)	(2.323)	(1.006)
Repasse para instituições financeiras ("CDCI")	16	(4.711)	(5.292)	(4.711)	(5.292)
Passivo de arrendamento	21	(3.000)	(3.159)	(3.055)	(3.217)
Partes relacionadas	10	(4.123)	(3.251)	(13)	(10)
Repasse a terceiros		(1.213)	(1.239)	(1.280)	(1.287)
FIDC's (cotas seniores)	6 (b)	-	-	(2.016)	(1.742)

(i) Títulos e valores mobiliários exceto FIDC's.

(ii) Contas a receber exceto Administradoras de cartões de cartão de crédito.

As operações de tesouraria da Companhia são supervisionadas pela Administração e regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

b) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 30 de junho de 2026, é a redução do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total das aplicações financeiras excedeu o saldo dos empréstimos e financiamentos indexados à mesma modalidade de taxa de juros.

Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas (sendo parte relevante indexada ao CDI), para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos da Companhia. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 13,93% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento (para empréstimos e financiamentos) e redução (para aplicações financeiras) na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários para instrumentos financeiros que apresentam taxas de juros pós-fixadas:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 30.06.2026	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	279	36	27	18
Títulos e valores mobiliários (i)	Redução do CDI	335	35	26	17
Empréstimos e financiamentos (ii)	Aumento do CDI	(243)	(38)	(46)	(55)
Partes relacionadas	Aumento do CDI	(62)	(79)	(83)	(88)
Impacto líquido no resultado		309	(46)	(76)	(108)

(i) Títulos e valores mobiliários exceto FIDC's.

(ii) Empréstimos e financiamentos exceto Repasses para instituições financeiras ("CDCI")

c) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. Além disso, é prática da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro, para tanto, regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar os possíveis impactos na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não fossem renovadas.

Com base nas projeções elaboradas e nas premissas atualmente adotadas, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de gerar e/ou captar recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras nos próximos 12 meses após 30 de junho de 2026, não tendo sido identificada incerteza relevante quanto à sua capacidade de honrar tais compromissos nesse período

Fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	8.867	-	-	8.867	8.987	-	-	8.987
Obrigações com Risco sacado (Portal)	182	-	-	182	182	-	-	182
Obrigações com Risco sacado (convênio)	2.725	-	-	2.725	918	-	-	918
Empréstimos em moeda nacional e debêntures	518	1.568	32	2.118	518	1.568	32	2.118
Repasse para instituições financeiras ("CDCI")	4.326	385	-	4.711	308	1.378	-	1.686
Partes relacionadas	3.821	507	-	4.328	13	-	-	13
Repasse de terceiros	1.213	-	-	1.213	1.280	-	-	1.280
FIDC's (cotas seniores)	-	-	-	-	-	2.016	-	2.016
	21.652	2.460	32	24.144	12.206	4.962	32	17.200

d) Risco de crédito

A Companhia está exposta aos riscos de créditos mantidos com instituições financeiras, na posição de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Finanças e aprovadas pelo Conselho de Administração. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados.

Para os saldos do contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito e/ou com bancos. As vendas financiadas através da operação de Repasse com instituições financeiras ("CDCI"), têm linhas de crédito junto aos bancos visando o financiamento dos clientes, com interveniência da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. Todavia, o saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa são reconhecidas conforme a política contábil descrita na nota explicativa nº 7, em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9). A Administração revisa periodicamente as premissas utilizadas no cálculo da perda esperada e entende que as provisões constituídas em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 são adequadas para fazer frente às perdas estimadas da carteira.

e) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

f) Mensurações do valor justo

Em 30 de junho de 2026, a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7) – Instrumentos financeiros (evidenciação), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Custo amortizado				
Credidiário Casas Bahia, líquido de juros a apropriar (i)	4.226	3.876	4.356	3.997
Repasse para instituições financeiras ("CDCI") (ii)	(4.711)	(4.699)	(4.711)	(4.699)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Administradoras de cartões de crédito (ii)	293	293	293	293

(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do Credidiário Casas Bahia e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média do mercado de desconto de duplicatas.

(ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou que, exceto pelos instrumentos financeiros apresentados na tabela a acima, os valores contábeis de seus demais ativos e passivos financeiros se aproximam de seus valores justos, uma vez que tais instrumentos possuem vencimentos de curto prazo, para os quais o valor contábil constitui uma estimativa razoável de valor justo, conforme disposto no parágrafo 29 do CPC 40 (R1).

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados ativamente em mercados organizados. A Companhia mantém tais instrumentos de acordo com seus respectivos modelos de negócios definidos nos termos do CPC 48 (IFRS 9), sendo que os ativos financeiros de administradoras de cartões de crédito são classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

18. Tributos a pagar

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
ICMS a pagar	1.336	1.040	1.365	1.052
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) (i)	21	23	21	23
Refis ICMS (ii)	33	22	33	22
Parcelamento Ordinário ICMS (iii)	864	479	864	479
IRRF a pagar	30	30	45	40
PIS e COFINS	-	-	51	40
IRPJ/CSLL	-	-	41	24
ISS	104	64	123	80
Outros	30	27	39	31
	2.418	1.685	2.582	1.791
Circulante	1.938	1.340	2.102	1.446
Não circulante	480	345	480	345

(i) Programa Especial de regularização Tributária (PERT)

O PERT refere-se a um programa instituído pelo Governo Federal com o objetivo de possibilitar a regularização de débitos tributários e não tributários perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O programa permite o parcelamento em até 145 parcelas mensais, podendo contemplar reduções de multas, juros e encargos legais.

(ii) Refis ICMS

O REFIS ICMS corresponde a programas especiais de parcelamento instituídos por governos estaduais para regularização de débitos de ICMS. Esses programas permitem o pagamento em condições diferenciadas, incluindo parcelamento em até 60 parcelas mensais, com possibilidade de redução de multas e juros, conforme legislação estadual aplicável e termos de adesão firmados pela Companhia.

(iii) Parcelamento Ordinário ICMS

O Parcelamento Ordinário de ICMS refere-se à modalidade regular prevista na legislação estadual para renegociação de débitos não abrangidos por programas especiais. Nessa modalidade, os débitos podem ser parcelados em até 84 parcelas mensais, mas sem concessão relevante de outros benefícios como redução de multas ou juros.

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Prejuízo antes da tributação	(5.932)	(1.498)	(5.475)	(1.499)
IR e CS à alíquota nominal (34%)	2.017	509	1.862	510
Subvenção de Investimento	-	16	2	-
Exclusão Selic sobre tributos (i)	7	-	9	18
Equivalência patrimonial	(174)	23	-	15
Receita de dividendos	-	-	17	-
Prejuízo fiscal não reconhecido (ii)	(6.977)	-	(7.366)	(5)
Outras diferenças permanentes	(122)	(13)	(230)	(2)
IR e CS à alíquota efetiva	(5.249)	535	(5.706)	536
Corrente	-	-	(25)	(8)
Diferido	(5.249)	535	(5.681)	544
IR e CS reconhecidos no resultado	(5.249)	535	(5.706)	536

(i) Exclusão Selic sobre tributos

Refere-se aos efeitos decorrentes da exclusão das atualizações da taxa Selic das bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social em virtude da decisão do STF. O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao recurso extraordinário, dando interpretação conforme a Constituição Federal ao § 1º do art. 3º da Lei nº 7.713/88, ao art. 17 do Decreto-Lei nº 1.598/77 e ao art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66), de modo a excluir do âmbito de aplicação desses dispositivos a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

(ii) Prejuízo fiscal não reconhecido

Em 30 de junho de 2026, os principais saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais não reconhecidos são da Cnova no montante de R\$528 (R\$528 em 31 de dezembro de 2025) e do Grupo Casas Bahia no montante de R\$6.977 (nil em 31 de dezembro de 2025). Tais prejuízos não deram origem ao reconhecimento de ativo fiscal diferido, uma vez que, na data-base, não é considerada provável a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente para permitir sua realização, conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12). A Administração revisa periodicamente as projeções de resultados tributáveis da investida, considerando o desempenho operacional, o ambiente econômico e as estratégias de negócio. Caso, em períodos futuros, passe a ser considerada provável a geração de base tributável suficiente, o ativo fiscal diferido corres

A Administração revisa periodicamente as projeções de resultados tributáveis da investida, considerando o desempenho operacional, o ambiente econômico e as estratégias de negócio. Caso, em períodos futuros, passe a ser considerada provável a geração de base tributável suficiente, o ativo fiscal diferido correspondente poderá ser reconhecido.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Provisão para demandas judiciais	-	543	-	569
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	269	-	274
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	5.336	-	5.729
Provisão para despesas correntes	-	150	-	174
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	-	41	-	41
Arrendamento mercantil	-	271	-	275
Outros	-	59	-	59
Provisão de realização	-	(1.450)	-	(1.450)
Total ativo fiscal diferido	-	5.219	-	5.671
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(383)	(349)	(394)	(361)
Modificação da dívida	(108)	(111)	(108)	(111)
Outros	-	-	(28)	(47)
Total passivo fiscal diferido	(491)	(460)	(530)	(519)
	(491)	4.759	(530)	5.152

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ativo fiscal diferido	-	4.759	-	5.171
Passivo fiscal diferido	(491)	-	(530)	(19)

c) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Em decorrência do cenário macroeconômico desafiador observado no período, caracterizado, entre outros fatores, pela manutenção de taxas de juros em níveis elevados, pressões inflacionárias e incertezas relacionadas ao ambiente econômico e geopolítico, a Administração revisou suas projeções econômico-financeiras, incorporando as condições atuais de mercado e as perspectivas atualizadas para os negócios da Companhia.

Como parte dessa revisão, foram reavaliadas as estimativas de geração de lucros tributáveis futuros que suportavam a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos reconhecidos. Considerando as projeções atualizadas e as incertezas inerentes ao atual ambiente econômico, a Administração concluiu que, neste momento, não dispõe de evidências suficientes que suportem a probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente para a realização desses ativos nos termos requeridos pelas práticas contábeis aplicáveis.

Dessa forma, a Companhia desreconheceu integralmente, no período, o saldo de ativos fiscais diferidos anteriormente reconhecido.

A Administração continuará monitorando a evolução do ambiente econômico, o desempenho operacional da Companhia e a realização das iniciativas previstas em seu plano de transformação. Caso, em períodos futuros, a evolução desses fatores e as projeções atualizadas forneçam evidências suficientes quanto à probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia poderá voltar a reconhecer os respectivos ativos fiscais diferidos, observados os critérios de reconhecimento previstos nas práticas contábeis aplicáveis.

20. Provisão para demandas judiciais

a) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	275	1.819	255	2.349
Adições de processos novos e outras adições	-	578	31	609
Baixa de provisão por liquidação	-	(240)	(25)	(265)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(6)	(578)	(53)	(637)
Atualização monetária	10	(53)	(11)	(54)
Saldo em 30 de junho de 2025	279	1.526	197	2.002
Saldo em 31 de dezembro de 2025	41	1.515	160	1.716
Adições de processos novos e outras adições	18	426	135	579
Baixa de provisão por liquidação	-	(124)	(68)	(192)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(455)	(69)	(524)
Atualização monetária	1	14	4	19
Saldo em 30 de junho de 2026	60	1.376	162	1.598

	Consolidado			
	Tributárias (i)	Trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	339	1.889	255	2.483
Adições de processos novos e outras adições	-	620	31	651
Baixa de provisão por liquidação	-	(257)	(25)	(282)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(10)	(615)	(53)	(678)
Atualização monetária	12	(57)	(11)	(56)
Saldo em 30 de junho de 2025	341	1.580	197	2.118
Saldo em 31 de dezembro de 2025	98	1.573	160	1.831
Adições de processos novos e outras adições	18	440	135	593
Baixa de provisão por liquidação	-	(127)	(68)	(195)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(490)	(69)	(559)
Atualização monetária	3	7	4	14
Saldo em 30 de junho de 2026	119	1.403	162	1.684

(i) Tributárias

Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade.

Em 30 de junho de 2026, os principais processos tributários provisionados referem-se principalmente a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS no montante de R\$77 (R\$74 em 31 de dezembro de 2025) e DIFAL no montante de R\$7 (R\$7 em 31 de dezembro 2025), tendo sido provisionados com base na avaliação dos advogados externos, que foi corroborada pela Administração.

Em relação ao DIFAL, em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal deu continuidade ao julgamento da matéria "DIFAL Anterioridade", nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7066, 7078 e 7070 e, diante do resultado do julgamento, embora ainda não finalizado, a Companhia provisionou o valor de R\$220 em 31 de dezembro de 2023.

Em outubro de 2025, o STF confirmou a validade da cobrança do DIFAL a partir de 2022 e modulou os efeitos para resguardar apenas os contribuintes, como a Companhia, que ajuizaram ação até 29 de novembro de 2023. A Companhia permanece atenta ao desfecho definitivo do processo e a eventuais desdobramentos que possam alterar suas estimativas.

Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia efetuou um levantamento dos seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais internos e externos, informa que em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas Demonstrações Financeiras decorrentes da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08 de fevereiro de 2023. A Companhia continuará monitorando a evolução da matéria em especial os eventuais efeitos advindos de modulação e por eventuais embargos de declaração.

(ii) Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais de natureza trabalhista decorrentes do curso normal de suas operações. As contingências são avaliadas periodicamente pela área jurídica, que classifica o risco de perda como provável, possível ou remoto, com base na análise do estágio processual, jurisprudência aplicável e demais elementos disponíveis. As provisões são reconhecidas quando a perda é considerada provável e o valor pode ser estimado de forma confiável, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os processos são segregados entre casos estratégicos, avaliados individualmente, e processos de alta demanda (massa), cuja estimativa de perda é calculada com base em metodologia estatística suportada pelo histórico de pagamentos e resultados processuais. Nos casos de alta demanda, a mensuração da provisão considera o ticket médio apurado a partir de processos encerrados em períodos recentes, aplicado conforme o estágio processual e a probabilidade de perda.

As estimativas são revisadas periodicamente e ajustadas sempre que novos eventos processuais ou evidências indiquem alteração relevante na expectativa de perda ou no valor estimado da obrigação.

Em 30 de junho de 2026 a Companhia revisou a metodologia utilizada para mensuração das provisões trabalhistas classificadas como perda provável, caracterizando alteração de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A revisão contemplou, entre outros aspectos, a segmentação dos processos entre causas estratégicas e de alta demanda (massa), a utilização de critérios estatísticos para tratamento de outliers, cálculo de ticket médio com base no histórico recente de liquidações, simplificação metodológica e padronização dos cálculos, além de alinhamento às práticas observadas em empresas comparáveis. A Administração entende que a metodologia revisada proporciona maior robustez, consistência e eficiência operacional ao processo de mensuração das provisões trabalhistas.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$1.403 (R\$1.573 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos relacionados a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 30 de junho de 2026, o saldo da provisão era de R\$12 (R\$10 em 31 de dezembro de 2025);
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo, a provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 30 de junho de 2026, o saldo da provisão era de R\$150 (R\$150 em 31 de dezembro de 2025).

b) Passivos contingentes

A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não foram provisionadas. O montante total dessas demandas perfaz o total de R\$12.908 em 30 de junho de 2026 (R\$11.738 em 31 de dezembro de 2025), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- A Companhia é parte em discussões que tratam de COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais e divergência em valores recolhidos; (ii) discussão acerca da incidência de PIS e COFINS em determinadas transações, tais como: bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de administração de cartões; (iv) discussão decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS; (vi) discussão acerca da isenção de PIS e COFINS nas vendas de smartphones e produtos de informática no ano de 2016 - Lei do Bem e (vii) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$6.732 em 30 de junho de 2026 (R\$6.410 em 31 de dezembro de 2025);
- ICMS-ST nas aquisições de mercadorias: discussão acerca da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do auto de infração corresponde a R\$384 em 30 de junho de 2026 (R\$370 em 31 de dezembro de 2025).

- ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) discussões fiscais acerca de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as Secretarias da Fazenda Estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) discussões decorrentes da apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular; (iv) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$2.800 em 01 de junho de 2026 (R\$2.613 em 31 de dezembro de 2025);

Trabalhistas

Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas são partes em demandas trabalhistas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$2.696 (R\$1.785 em 31 de dezembro de 2025).

Cíveis e outros

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$296 (R\$313 em 31 de dezembro de 2025).

c) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Previdenciárias e trabalhistas	1.433	1.220	1.477	1.256
Tributárias (i)	559	957	563	962
Cíveis e outros	29	28	31	29
	2.021	2.205	2.071	2.247

- (i) Com a edição da Emenda Constitucional nº 87/2015 e do Convênio CONFAZ nº 93/2005, os Estados e o Distrito Federal, por meio de leis estaduais, passaram a exigir o Diferencial de Alíquotas de ICMS ("DIFAL") nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto.

Ocorre que, em razão da inconstitucionalidade dessa exigência instituída por leis estaduais, sem lei complementar prévia, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL.

Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.287.019, caso submetido ao regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais".

Houve a modulação dos efeitos da decisão para a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento, ou seja, para o ano de 2022. Contudo, tal modulação não afeta a Companhia, uma vez que as ações judiciais foram ajuizadas anteriormente a data da publicação da Ata do Julgamento.

Os direitos creditórios relativos às ações judiciais anteriores a 2022 foram parcialmente cedidos a terceiros.

Com a publicação da Lei Complementar nº 190/22, houve a instituição de uma nova relação jurídica, na medida em que os contribuintes passaram a recolher o ICMS para o estado de destino, no qual está localizado o consumidor final não contribuinte do imposto. Esse ICMS corresponde à diferença entre as alíquotas interestaduais e a interna do estado de destino (DIFAL).

Ocorre que, essa instituição de uma nova relação jurídica (recolhimento do DIFAL para o estado de destino) está condicionada aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal. Em razão disso, considerando que a Lei Complementar nº 190/22 foi publicada em 05 de janeiro de 2022, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando que a obrigação de proceder ao recolhimento do DIFAL para os estados apenas pode ser aplicada às operações do exercício financeiro posterior a sua publicação, ou seja, das operações realizadas a partir de 01 de janeiro de 2023.

Apesar do Julgamento realizado pelo STF em Novembro de 2023, cuja decisão determina a aplicação tão somente da anterioridade nonagesimal a partir da data da publicação da Lei Complementar nº 190/22, em virtude da (i) ausência de publicação de acórdão; (ii) pendência de julgamento das omissões e imprecisões através de embargos de declaração e (iii) possibilidade de modulação dos efeitos de decisão, somente após o trânsito em julgado de forma desfavorável aos contribuintes nas ADIs 7066, 7078 e 7070, os processos específicos da Companhia serão encerrados e com isso a Companhia poderá requerer o levantamento dos depósitos judiciais vinculados à discussão, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$397.

A Companhia celebrou operação para antecipação de parte dos valores relacionados aos referidos depósitos judiciais, tendo recebido, até 30 de junho de 2026, o montante de R\$173. O montante adicional a ser recebido, bem como os custos incorridos na operação, estão substancialmente condicionados ao prazo para levantamento dos respectivos depósitos judiciais.

d) Garantias e fianças bancárias

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta fianças bancárias e seguro garantia decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Previdenciárias e trabalhistas	1.566	1.751	1.592	2.719
Tributárias	3.144	3.529	3.231	3.611
Cíveis e outros	2.281	341	2.281	341
	6.991	5.621	7.104	6.671

A Companhia apresenta, em 30 de junho de 2026, fianças bancárias e seguro garantia envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$2.038 (R\$2.126 em 31 de dezembro de 2025).

21. Arrendamento mercantil

a) Composição dos saldos e movimentação

Ativo de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.391	2.417
Adições e remensurações	193	195
Baixas e provisões (reversões)	5	5
Depreciação	(300)	(303)
Saldo em 30 de junho de 2025	2.289	2.314
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.179	2.224
Adições e remensurações	219	220
Baixas e provisões (reversões)	2	3
Depreciação	(312)	(317)
Saldo em 30 de junho de 2026	2.088	2.130

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso no resultado do período

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Depreciação	79	77	83	79

Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.310	3.350
Adição e remensurações	193	195
Baixas e provisões (reversões)	2	2
Pagamento de principal	(269)	(273)
Pagamento de juros (i)	(220)	(223)
Juros incorridos	220	223
Saldo em 30 de junho de 2025	3.236	3.274
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.159	3.217
Adição e remensurações	219	220
Baixas e provisões (reversões) (ii)	(83)	(82)
Pagamento de principal	(295)	(300)
Pagamento de juros (i)	(207)	(211)
Juros incorridos	207	211
Saldo em 30 de junho de 2026	3.000	3.055
Circulante	742	753
Não circulante	2.258	2.302

(i) Demonstração dos fluxos de caixa os pagamentos de juros estão classificados como "Atividades de financiamento", uma vez que a Companhia considera que esses compõem os custos de financiamentos.

(ii) Como parte do Plano de Transformação – Fase 2 (vide nota explicativa nº 1), no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia encerrou as atividades de 298 lojas. Em decorrência dessa iniciativa, foi constituída provisão no montante de R\$ 89, referente aos compromissos remanescentes associados aos contratos de arrendamento das lojas encerradas.

b) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante

Ano	Controladora			Consolidado		
	Fluxo Bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo Bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
6 meses de 2027	950	(268)	682	968	(273)	695
2028	800	(176)	624	816	(179)	637
2029	686	(94)	592	702	(95)	607
2030	203	(40)	163	207	(40)	167
2031	96	(23)	73	96	(23)	73
Mais de 5 anos	156	(32)	124	156	(33)	123
	2.891	(633)	2.258	2.945	(643)	2.302

c) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

Os pagamentos de passivos de arrendamento mercantil, geram um direito potencial de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos relacionados aos efeitos potenciais de PIS e COFINS.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Direito potencial de PIS e COFINS	270	292	277	299

22. Receitas diferidas

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Garantias complementares ou estendidas (i)	465	520	465	520
Operação de cartões e correspondente bancário	790	861	790	861
Seguros e serviços	30	35	38	35
Outros	-	1	-	1
	1.285	1.417	1.293	1.417
Circulante	231	176	239	176
Não circulante	1.054	1.241	1.054	1.241

(i) A Companhia mantém contrato de parceria para a distribuição de produtos, serviços, seguros e garantia estendida em sua rede de lojas e canais digitais, o qual estabelece metas de vendas para cada período contratual e prevê o pagamento de penalidade, acrescida dos encargos contratuais aplicáveis, na hipótese de não atingimento dessas metas. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, em decorrência da revisão de suas projeções econômico-financeiras, considerando os efeitos das iniciativas previstas no Plano de Transformação – Fase 2, incluindo o redimensionamento do parque de lojas, a Companhia concluiu que o atingimento de determinadas metas contratuais deixou de ser considerado provável. Como consequência, foi reconhecida provisão no montante de R\$ 1.839, registrada na rubrica “Outros passivos” (vide nota explicativa nº 26).

Estimativa da Administração para realização dos saldos de receitas diferidas classificados como “Não circulante”

Ano	Controladora e Consolidado
6 meses de 2027	99
2028	198
2029	198
2030	190
2031	190
Mais de 7 anos	179
	1.054

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social

O capital autorizado da Companhia em 30 de junho de 2026, era de R\$13.250 (R\$13.250 em 31 de dezembro de 2025) dos quais R\$7.125 estavam integralizados (R\$7.098 em 31 de dezembro de 2025). O aumento do capital social poderá ser feito por meio de deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão e as demais condições de emissão.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou aumento de capital no montante de R\$27, decorrente da conversão de 322 debêntures da 11ª emissão de debêntures da Companhia. A seguir estão os dados dessa operação:

Data	Ações emitidas (i)	Saldo
02.01.2026	278.138.164	10
11.03.2026	18.611.483	7
13.04.2026	25.236.740	10

(i) Saldo de unidade de ações. Foram emitidas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2026 era de R\$7.015 (R\$6.988 em 31 de dezembro de 2025) e estava representado por 975.865 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

	30.06.2026	31.12.2025
Capital social integralizado (i)	7.125	7.098
Gastos com emissão de ações (ii)	(110)	(110)
Capital Social	7.015	6.988

(i) Capital social integralizado refere-se aos investimentos realizados na Companhia pelos seus acionistas.

(ii) Gastos com emissão de ações são valores diretamente atribuíveis às atividades necessárias para a emissão de ações.

23.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui ações em tesouraria para fazer frente aos programas de incentivo de longo prazo e retenção dos principais executivos da Companhia. Em 30 de junho de 2026, o saldo de ações em tesouraria era de R\$21 (R\$21 em 30 de junho de 2025).

Na alienação das ações em tesouraria a diferença entre o valor de venda e o custo médio histórico de aquisição desse instrumento patrimonial é reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido, na reserva de capital (Resultado com ações em tesouraria), sem impacto no resultado do exercício.

23.3. Transações de capital

Refere-se as variações decorrentes da mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum.

23.4. Reservas de capital

a) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição do Grupo Casas Bahia por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanesecer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas do Grupo Casas Bahia.

b) Ágio na subscrição de ações

Esta reserva registra a parcela do preço de emissão das ações que excede o valor destinado à formação do capital social, nos termos do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações).

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia emitiu 322 ações em decorrência da conversão de 322 debêntures da 11ª emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 16 (b) (ii)). Do montante total da emissão, R\$27 foram destinados à formação do capital social e reconhecidos na respectiva rubrica do patrimônio líquido. A parcela remanescente, no valor de R\$1.168, foi registrada na rubrica de ágio na subscrição de ações.

	Ágio na subscrição de ações	Absorção de prejuízos acumulados	Total
15.06.2020	2.228	-	2.228
31.03.2021	-	(416)	(416)
13.09.2023	310	-	310
02.01.2026	1.022	-	1.022
11.03.2026	62	-	62
13.04.2026	84	-	84
Ágio na subscrição de ações	3.706	(416)	3.290

c) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

- Saldos dos planos de remuneração baseados em ações (em milhares).

Planos outorgados	Data da outorga	Valor de exercício (i)	30.06.2026	Carência a cumprir	
				2026	2027
Phantom Shares	27.04.2021	R\$ 12,51	3	3	-
Phantom Shares	10.05.2022	-	13	8	5
Planos liquidáveis em caixa			16	11	5

(i) Valor em reais conforme os contratos na data da outorga.

- Movimentação dos planos de remuneração baseados em ações (em milhares)

	31.12.2025	Exercidas	Canceladas	30.06.2026
Ações	37	(18)	(3)	16

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, o total da despesa relativa aos programas de ações reconhecidas no período, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, foi de *nil* (R\$7 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025).

d) Debêntures conversíveis em ações

A 11ª debênture possui série mandatoriamente conversível em ação (2ª Série) e série conversível em ação (3ª série).

2ª série da 11ª debênture

Foram emitidas 938 debêntures para a 2ª série, estruturadas como instrumento cuja liquidação do valor principal ocorrerá exclusivamente mediante entrega de ações ordinárias da Companhia, inexistindo alternativa contratual de liquidação em caixa. Nos termos do CPC 39 (IAS 32), um instrumento financeiro deve ser classificado como instrumento patrimonial quando não contém obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro e quando sua liquidação ocorrer mediante entrega de número fixo de instrumentos patrimoniais próprios em troca de montante fixo (critério *fixed-for-fixed*).

No período findo em 30 de junho de 2026, a quantidade de debêntures dessa série era de 227, com saldo de R\$716 (R\$1.672 em 31 de dezembro de 2025), para mais informações sobre as conversões do período vide detalhes na nota explicativa nº 16 (ii).

3ª Série da 11ª debênture (Parcela com pedido formal de conversão)

O instrumento concedeu ao debenturista o direito de converter o valor principal das debêntures em ações ordinárias da Companhia.

O prazo para pedido formal para conversão da 3ª série concluiu em 31 de março de 2026. Para os que optaram pela conversão, essa ocorreu mediante entrega de quantidade fixa de ações, determinada na data da emissão com base em parâmetros previamente definidos contratualmente.

A parcela não convertida permanece sujeita às condições contratuais originalmente estabelecidas na Escritura de Emissão com liquidação em caixa. Para mais informações sobre as conversões do período vide detalhes na nota explicativa nº 16 (ii).

24. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Mercadorias	14.443	13.889	14.463	13.903
Financeira operacional (b)	1.419	1.530	1.639	1.558
Serviços	888	944	1.048	1.024
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	16.750	16.363	17.150	16.485
Tributos sobre mercadorias	(2.534)	(2.396)	(2.537)	(2.400)
Tributos sobre financeira operacional (b)	(44)	(50)	(44)	(50)
Tributos sobre serviços	(137)	(143)	(176)	(177)
Tributos sobre faturamento	(2.715)	(2.589)	(2.757)	(2.627)
Receita operacional líquida	14.035	13.774	14.393	13.858

b) Receita financeira operacional

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Credciário Casas Bahia (i)	1.396	1.509	1.565	1.535
Outras	23	21	74	23
Receita bruta financeira operacional líquida de devoluções e cancelamentos	1.419	1.530	1.639	1.558
Credciário Casas Bahia	(31)	(37)	(31)	(37)
Outras	(13)	(13)	(13)	(13)
Tributos sobre faturamento	(44)	(50)	(44)	(50)
Credciário Casas Bahia	1.365	1.472	1.534	1.498
Outras	10	8	61	10
Receita financeira operacional líquida	1.375	1.480	1.595	1.508

(i) Correspondem as vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (Credciário Casas Bahia), que geralmente são parcelados em até 24 meses.

c) Juros do Crediário Casas Bahia

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Receita bruta do período	1.396	1.509	1.565	1.535
Juros a apropriar (i)	1.821	1.980	1.821	1.980
Juros do Crediário Casas Bahia	3.217	3.489	3.386	3.515

(i) Refere-se aos juros que serão apropriados em exercícios futuros, vide detalhes na nota explicativa nº 7(a).

25. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Custo com estoques vendidos	9.266	8.932	9.080	8.752
Despesas com pessoal	1.003	1.070	1.317	1.367
Despesas com serviços de terceiros	1.704	1.601	1.565	1.412
Despesas com frete	597	479	603	549
PECLD, líquida de recuperação – Crediário Casas Bahia (i)	448	505	552	505
PECLD – Outras Contas a receber (i)	44	19	108	23
Despesas com demandas judiciais trabalhistas (ii)	(71)	106	(94)	111
Outras	221	129	259	145
	13.212	12.841	13.390	12.864
Custo de mercadorias e serviços vendidos	9.639	9.491	9.853	9.682
Despesas com vendas	3.040	2.788	2.992	2.633
Despesas gerais e administrativas	533	562	545	549
	13.212	12.841	13.390	12.864

(i) A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) está apresentada na nota explicativa nº 7(b).

(ii) No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia revisou a metodologia utilizada para mensuração das provisões trabalhistas, conforme mencionado na explicativa nº 20 (a) (ii).

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Despesas com reestruturação (i)	(540)	(37)	(542)	(58)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	(213)	(8)	(212)	(8)
Impairment de ágio por expectativa de rentabilidade futura e ativos identificados. (ii)	(627)	-	(971)	-
Provisão para provável não atingimento de metas contratuais (iii)	(1.839)	-	(1.839)	-
Outras (iv)	(36)	(4)	(53)	(1)
	(3.255)	(49)	(3.617)	(67)

(i) Saldo é composto, principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas. Essas despesas são decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

(ii) Saldos decorrentes do reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e da baixa dos ativos identificados nas respectivas combinações de negócio no montante de R\$627 na controladora (vide nota explicativa nº 11(a)) e R\$971 no consolidado (vide nota explicativa nº 13(a)).

(iii) Refere-se à provisão constituída em decorrência da revisão de suas projeções econômico-financeiras, considerando os efeitos das iniciativas previstas no Plano de Transformação – Fase 2, incluindo o redimensionamento do parque de lojas, a Companhia concluiu que o atingimento de determinadas metas contratuais deixou de ser considerado provável. Como consequência, foi reconhecida provisão. Para informações adicionais sobre o Plano de Transformação – Fase 2, vide nota explicativa nº 1 e nº 22.

(iv) A maior parte do saldo refere-se ao resultado das vendas efetuadas em leilão/empresas especializadas, de mercadorias oriundas do departamento de assistência técnica da Companhia e que haviam sido classificadas como sucata.

27. Resultado financeiro, líquido

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(584)	(260)	(258)	(261)
Modificação da dívida (ii)	(78)	(26)	(78)	(26)
Marcação a mercado dos instrumentos conversíveis (iii)	-	(555)	-	(555)
Debêntures conversíveis (iv)	-	335	-	335
Juros com repasse para instituições financeiras (CDCI) (i)	(502)	(517)	(502)	(517)
Juros risco sacado (convênio)	(524)	(359)	(171)	(201)
Juros com passivo de arrendamento	(207)	(220)	(211)	(223)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(534)	(519)	(534)	(520)
FIDC's (Cotas sêniores)	-	-	(262)	(81)
Outras despesas financeiras	(281)	(52)	(309)	(70)
Atualizações passivas	(292)	(162)	(294)	(168)
Total de despesas financeiras	(3.002)	(2.335)	(2.619)	(2.287)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	41	41	57	45
Rentabilidade risco sacado (portal)	-	-	29	32
FIDC's (cotas subordinadas)	461	111	-	-
Outras receitas financeiras	6	4	11	21
Atualizações ativas	66	114	73	120
Total de receitas financeiras	574	270	170	218
Resultado financeiro, líquido	(2.428)	(2.065)	(2.449)	(2.069)

(i) As operações de Repasse para instituições financeiras ("CDCI") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes e suas taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza (vide nota explicativa nº 16). No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para essa operação era de 17,98% a.a. (31,70% a.a. no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025).

(ii) A Companhia reconheceu um ganho temporal que reflete a diferença entre as obrigações originais e as novas obrigações, assim como os custos e taxas pagas e/ou recebidas entre a Companhia e os credores, relacionados a emissão das 10ª e 11ª debêntures da Companhia. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 16(b)(ii). Na Demonstração do valor adicionado esse saldo está apresentado como Remuneração de capital de terceiros na rubrica "Juros".

(iii) Valor justo reconhecido por meio do resultado da opção de conversão da 2ª série da 10ª debênture. Na Demonstração do valor adicionado esse saldo está apresentado como Remuneração de capital de terceiros na rubrica "Juros".

(iv) Valor justo da 2ª série da 10ª debênture. Na Demonstração do valor adicionado esse saldo está apresentado como Remuneração de capital de terceiros na rubrica "Juros".

28. Resultado por ação

a) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação, excluindo as ações readquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O prejuízo é considerado um evento anti-dilutivo, tornando o resultado básico e diluído iguais.

	Controladora e consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025
Numerador básico		
Resultado básico alocado e não distribuído	(11.181)	(963)
Resultado básico alocado e não distribuído	(11.181)	(963)
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações emitidas, líquidas de ações em tesouraria	951.232	95.072
Resultado básico por ação (em reais)	(11,75423)	(10,12917)
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Debêntures conversíveis (i)	113.856	-
Média ponderada diluída das ações	1.065.088	95.072
Resultado diluído por ação (em reais)	(11,75423)	(10,12917)

(i) A 2ª série da 11ª emissão de debêntures foi estruturada como mandatoriamente conversível em ações ordinárias da Companhia, com liquidação exclusivamente mediante entrega de quantidade fixa de ações previamente determinada, não havendo alternativa de pagamento em caixa.

29. Cobertura de seguros

A Companhia tem como prática, realizar a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos por danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o ativo imobilizado e os estoques. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer em virtude de uma eventual paralisação das atividades ou em decorrência de eventuais acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

As coberturas de seguros em 30 de junho de 2026, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

Coberturas	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	11.158
Lucro	Lucros cessantes	1.517
Automóveis e outros (i)	Perdas e danos	69

(i) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas referentes aos riscos de responsabilidade civil e administrativos no montante de R\$411.

30. Informações sobre os segmentos

Nos termos do CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento, segmentos operacionais são componentes da entidade cujas informações financeiras são regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision Maker” – CODM) com o objetivo de alocar recursos e avaliar o desempenho.

A Administração da Companhia identificou como principal tomador de decisões operacionais o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, que acompanham o desempenho e tomam decisões estratégicas com base em informações financeiras consolidadas. Embora a Companhia atue na comercialização de produtos e na prestação de serviços relacionados, incluindo operações financeiras e digitais, o processo de planejamento estratégico, definição de metas, avaliação de desempenho, estrutura de capital e decisões de investimento é conduzido de forma integrada, considerando os resultados consolidados da Companhia.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se ser adequado a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia em segmento único.

31. Transações que não afetam caixa

A Companhia realizou transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tais transações representam atividades relevantes de investimento e financiamento que impactaram a posição patrimonial da Companhia, porém não resultaram em fluxos de caixa no período.

Descrição	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Aquisição de imobilizado mediante financiamento	11 e 12	41	17	51	19
Operações de Risco sacado	15	5.497	4.955	5.497	4.955
Conversão de dívida	16	1.195	-	1.195	-
Reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento	21	219	193	220	195

32. Eventos subsequentes

Conversão de debêntures

Em 16 de julho de 2026, a Companhia aprovou o aumento de capital no valor de R\$141, através da emissão de 38 ações, em razão da conversão de 38 debêntures da 2ª série da 11ª Emissão.